

Relatório de 2º ano do projecto “Prisão de não nacionais”

Resumo:

Apesar de um escorregamento de algumas das tarefas, o plano geral de actividades está a ser cumprido dentro dos parâmetros previstos.

A tarefa de análise histórica pode ser mais desenvolvida do que inicialmente estava previsto. E já se encontra fechada, à espera de condições para integrar o trabalho de análise multidisciplinar.

O inquérito aos imigrantes já fechou o trabalho de campo, estando a ultimar o trabalho de transcrições e já tendo iniciado o trabalho de análise. Precisar-se-á, para ficar completo, de um investimento suplementar de 3 meses de trabalho de uma das BIC.

O trabalho de análise de jornais contemporâneos beneficiou de eventos históricos recentes não previstos, nomeadamente a proposta de Reforma Prisional em estudo de aplicação e encontra-se com alguma atraso, que para ser recuperado precisa de um investimento suplementar de 3 meses de trabalho de uma das BIC.

O estudo dos cuidados de saúde já garantiu as condições de observação consideradas ideais para os objectivos em vista e está numa fase adiantada de organização do trabalho de campo, sem necessidade de mais recursos.

A análise demográfica será conseguida através da colaboração sinérgica com um outro projecto de investigação, em que participam os responsáveis por esta tarefa. O facto de desse modo se poder dispensar a colaboração de um BIC por seis meses, conforme previsto, permitirá – caso haja autorização para tal – mobilizar os mesmos recursos para as tarefas acima referidas com necessidades de mais investimentos.

No terceiro ano de actividade, além da continuidade dos trabalhos das tarefas que faltam terminar, centrar-se-á nas tarefas de análise multidisciplinar e nas tarefas de difusão.

Tarefas	Iniciadas	Terminadas
1 - Preparação da pesquisa	√	√
2 – Inquérito a profissionais	n.a.	n.a.
3 – Inquérito a imigrantes	√	√
4 - Análise de jornais contemporâneos	√	
5 - Cuidados de saúde	√	
6 - Análise histórica século XIX	√	√
7 – Análise demográfica		
8 – Análise multidisciplinar		
9 – Página Internet	n.a.	n.a.
10 – Difusão		

Em termos de produção já realizada, os indicadores são os seguintes:

Produção atingida:

	1º	2º	3º	total
A - Publicações				
Livros		1*		
artigos internacionais				
artigos nacionais	1	2		3
B - Comunicações				
internacionais	3	4		7
nacionais	2	5		7
C - Relatórios	1	1		2
D - Seminários		3		3
E - Formação avançada				
preparação PhD	1	2		2
teses mestrado		1		1
Preparação agregação	1	1		1
* provas de agregação				

Comunicações

- Vaz, Maria João, “Criminalidade em Portugal no século XIX”, *Jornadas de Letras. Crimes na Universidade*, Braga, Universidade do Minho, 4 a 7 de Novembro de 2003.
- Vaz, Maria João, “Crime and Political Opposition in Lisbon (1890 – 1910)”, *5th European Social Science History Conference*, Berlim, Universidade Humbolt, 24 a 27 de Março de 2004.
- Vaz, Maria João, “Atitudes Populares e Repressão Policial da Criminalidade em Lisboa (1880 - 1910)”, *1.º Encontro de Estudos Penitenciário*, Lisboa, Universidade Católica, 7 e 8 de Maio de 2004.
- Dores, António Pedro, “Prohibitionism - contributions for a debate about the social goals of justice institutions”, *Conference Prisons and Penal Policy - International Perspectives*, City University, Londres , 23-25 de Junho 2004
- Penedo, Rita, “Expressions of fear and confidence in the Justice System by two eastern immigrants in Lisbon”, *Conference Prisons and Penal Policy - International Perspectives*, City University, Londres , 23-25 de Junho 2004
- Marinho, Sofia, “Crime, News and Insecurity in XIXth century in Lisbon” *Conference Prisons and Penal Policy - International Perspectives*, City University, Londres , 23-25 de Junho 2004
- Dores, António Pedro, “Proibicionismo – contribuições para um debate sobre as finalidades sociais da justiça”, no *V Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Minho, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 de Maio 2004

- Dores, António Pedro, “Anomia em Durkheim - entre a sociologia e a psicologia prisionais” em *Las Jornadas de Estudos Penitenciários*, Universidade Católica Portuguesa, 7-8 Maio 2004.
- Dores, António Pedro, “Espírito moderno, violência e teoria social” à Mesa Redonda Violência na Contemporaneidade, XI Congresso Brasileiro de Sociologia. *Sociologia e Conhecimento: Além Das Fronteiras*, 01 a 05 de Setembro, UNICAMP, Campinas/SP, <http://home.iscte.pt/~apad/textos.html>, 2003

Publicações:

Vaz, Maria João, Recensão a Aurizia Anica, *A transformação da violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira*, in: *Arquivos da Memória*, n.º 10/11, 2001 [2003], pp. 142-145.

Dores, António Pedro, “O lugar das prisões no início do século XXI” em *Ideia* n° 60, Lisboa, 2004.

Dores, António Pedro, *Proibicionismo e Anomia – uma apresentação do conceito estados-de-espírito*, provas de agregação, Lisboa, ISCTE, 2003.

Organização de seminários:

- Organização da II mesa redonda paralela sobre Prisões, “A Reforma Prisional em Portugal “ 13 Maio 2004, no âmbito do V Congresso Português de Sociologia, Braga, com a presença dos sociólogos Manuel Villaverde Cabral, José Rebelo Guinote – vice-presidente da CIVITAS - ambos galardoados com a Ordem da Liberdade.
- Organização seminário sobre “Prisão de Não Nacionais em Portugal”: 27 Janeiro de 2004, “Formas de expressão do medo da justiça pelos imigrantes, em Lisboa” por Rita Penedo; 10 Fevereiro de 2004 “Prisão nos jornais do fim do século XIX em Lisboa” por Sofia Marinho e Maria João Vaz; 2 de Março de 2004 “Conspirações e estados de espírito” por António Pedro Dores.
- Organização Colóquio “Desconfiança e Insegurança de Imigrantes em Portugal”, Lisboa, ISCTE 16 Outubro de 2003.

Índice:

A. Relatórios de progresso

- a) relatório do subprojecto 3 - Inquérito a imigrantes
- b) relatório do subprojecto 4 - Análise de jornais contemporâneos
- c) relatório do subprojecto 5 - Cuidados de saúde
- d) relatório do subprojecto 6 - Análise histórica século XIX

B. Anexos:

- 1. Texto Metodológico - Histórias de Vida e Método Biográfico, Rita Penedo.
- 2. Sociologia da Emoção e Estrutura Social, Rita Penedo
- 3. Relatório metodológico 2002-12-16, Ant.P.Dores
- 4. Estratégia metodológica do subprojecto “Concepções de justiça dos não nacionais em Lisboa”, Ant.P.Dores
- 5. Comunidade imigrante, Ant.P.Dores
- 6. Explicar as evidências, descobrir o que permanece escondido, Ant.P.Dores

Investigador: António Pedro Dores

Subprojecto: Inquérito a imigrantes

RELATÓRIO

A estratégia fixada (ver anexos 3 e 4) acabou por ser aplicada a cerca de 70 pessoas. O trabalho de transcrição ainda decorre e as análises estão a ser testadas em alguns casos, para depois serem alargadas a todos os registos. Dada a diversidade e riqueza dos depoimentos, foi considerado útil, para ser possível levar tão à frente quanto possível a análise dos resultados obtidos, gastar mais algum tempo de trabalho. Nesse sentido vamos pedir para que seja transferido parte do tempo de trabalho previsto para realizar a tarefa de análise demográfica para investir na finalização da análise dos dados deste subprojecto, no seio do qual foram produzidos os anexos 1, 2 e 5.

Investigador: José Rebelo Guinote

Subprojecto: Análise de jornais contemporâneos

RELATÓRIO

Os *media* são factores decisivos na formação da opinião, no sentido de determinar qual o papel que estes desempenham na definição de concepções sobre competências da justiça institucional, assim como sobre pessoas e grupos sujeitos à ordem judiciária. Tomando como base dois jornais diários de referência, “Público” e “Diário de Notícias”, seleccionámos as inserções jornalísticas relativas a dois grandes temas de particular actualidade: “Comissão de estudo e reforma do sistema prisional” e “Congresso da Justiça”. Uma primeira leitura da amostragem assim constituída permitiu identificar um conjunto de problemáticas a seguir elencadas. Na fase seguinte deste trabalho de investigação proceder-se-á ao estudo sistemático de estratégias discursivas que emergem dos fragmentos jornalísticos seleccionados.

COMISSÃO DE ESTUDO E REFORMA DO SISTEMA PRISIONAL

Ressalvando as possíveis diferenças no tratamento noticioso e na maior ou menor ênfase dada a temas e sub-temas pelos dois jornais analisados, que apenas poderão ser evidenciadas com uma análise mais fina e estruturada, de uma forma geral, as notícias sobre o “Relatório da Comissão para o Estudo e Reforma do Sistema Prisional” podem ser agrupadas em dois momentos de permanência temática nos jornais analisados:

1. Um primeiro momento, em que é anunciada a finalização do relatório e são avançadas algumas das suas linhas principais, logo seguida da publicitação da sua apresentação oficial. É acompanhada a sua divulgação pública com a apresentação das recomendações de reforma do sistema prisional que propõe e a propósito das quais é feito um retrato da situação das prisões, dos reclusos e de alguns aspectos do funcionamento da Justiça em Portugal. Este corpo de notícias inclui um debate sobre as recomendações de reforma do sistema prisional propostas, ao divulgar algumas reacções ao relatório expressas quer por políticos, quer por agentes directamente ligados ao sistema judicial, quer, ainda, por representantes de ONG ligadas às prisões.
2. No segundo momento, que segue a divulgação pública do conteúdo do relatório, as notícias centram-se na aplicabilidade das recomendações de reforma e nas prioridades que irão ser dadas pelo Ministério da Justiça às várias propostas do relatório. É dada uma particular atenção às intervenções públicas da ministra da Justiça, no que diz respeito às medidas que ela anuncia ir implementar, à calendarização das mesmas e aos objectivos que irá privilegiar. Algumas das notícias centram-se em críticas, algumas expressas por opositores políticos do governo, tanto em relação à morosidade da concretização prática das propostas de reforma anunciadas, como em relação à sua real futura aplicação.

Os principais temas e sub-temas que articulam os discursos são:

Condições de vida dos reclusos

- Garantias dos reclusos no plano do cumprimento de penas: possibilidade de recurso de decisões relativas à liberdade condicional, a saídas precárias e a sanções disciplinares

(face à recomendação da criação de uma 2ª instância dos tribunais de execução de penas).

- Condições de higiene e habitabilidade das prisões: a questão do balde higiénico como violação de direitos elementares dos reclusos e o estado de degradação dos edifícios prisionais (para além da sobrelotação).
- Condições de segurança dos reclusos que são associadas às taxas de suicídio nas prisões.
- Acesso à saúde: crítica aos cuidados de saúde nas prisões, particularmente, no que diz respeito, ao peso de doenças infecto-contagiosas como o HIV e a HVC nas prisões.
- Acesso ao apoio jurídico efectivo.

Sobrelotação das prisões e medidas para a combater

1. Alteração de medidas de coacção (alterações na lei de execução de penas):

- Recurso ao trabalho a favor da comunidade
- Utilização da vigilância electrónica (quer como substituição de penas atribuídas à pequena criminalidade e de alguns casos de prisão preventiva, quer como meio de libertação após cumprimento de parte da pena). Apresentação da sua implementação alargada como forma de redução de custos económicos e sociais da prisão com base nos resultados do relatório sobre a aplicação da pulseira electrónica no país.
- Discussão da redução dos prazos e condições de aplicação da prisão preventiva ao nível da sua contribuição para a sobrelotação das prisões e «desdramatização» do caso português quando comparado com os outros países europeus.
- Implementação da mediação penal na pequena criminalidade (com o objectivo de combater a sobrelotação, mas também de agilizar a máquina judicial)

2. Discussão da recomendação de transferência de reclusos estrangeiros para os seus países de origem por via de acordos bilaterais internacionais. Apresentação da situação dos “correios da droga” e de reclusos cuja situação sócio-económica dos países de origem é muito precária, através de testemunhos.

2.1. Peso dos não-nacionais na população prisional e alguns aspectos da situação vivida por estes reclusos.

Droga e prisões

- Alteração da moldura penal dos crimes de tráfico face ao peso da população condenada por estes crimes nas prisões e respectiva contribuição para a elevada taxa de encarceramento.
- Controle do tráfico de drogas no interior das prisões
- Alas livres de drogas e tratamento e recuperação de toxicodependentes (exemplo dos bons resultados de prisão com estes programas)
- Ausência de recomendações no relatório de medidas de prevenção do consumo de drogas e contágio de doenças infecto-contagiosas por essa via.

Reinserção social e reincidência

- Mau funcionamento do sistema de reinserção social. Necessidade de apoio social aos reclusos quando saem das prisões assim como às suas famílias com a criação das casas de saída (participação de instituições civis nestes processos) ajuda na procura de trabalho e acesso ao rendimento social de reinserção, como formas de evitar a reincidência.

Parque penitenciário

- Construção de prisão de alta segurança e de seis novas prisões: discussão em torno da necessidade de uma prisão de alta segurança
- Ausência de recomendações no relatório em relação a parcerias público/privado na gestão prisional e na construção de prisões

Alterações legislativas

- Projecto de lei-quadro da reforma do sistema prisional, lei de execução de penas, lei orgânica dos serviços prisionais e do Instituto de Reinserção Prisional, código processo penal

Outras

- Cepticismo/optimismo quanto à vontade política para implementar as recomendações de reforma do sistema prisional.
- Formas de financiamento da reforma do sistema prisional proposta.

QUADRO Nº 1

Data	Jornal	Secção	Título/subtítulos	Autor
14.2.2004	Público	1ª página (chamada), Sociedade, p.27	1ª p.: Prisões Freitas do Amaral quer mais direitos para os reclusos p. 27: Freitas do Amaral que alargar direitos dos presos “Sistema prisional humano, justo e seguro” “Pulseiras para liberdade condicional”	Paula Torres de Carvalho Lusa
14.2.2004	DN	Nacional, p. 6	Menos penas de prisão para toxicómanos	M.S.
15.2.2004	Público	Destaque, p.2 (chamada na 1ª página), p.3, p.4, p.5	p. 2: Reforma do sistema prisional Penas mais brandas para o tráfico de droga p. 3: “Liberdade que estás no céu” p. 4: Reforma do sistema prisional. Três retratos da prisão. p. 5: “Juízes deviam requisitar testes psicobiológicos sobre criminosos reincidentes.” Entrevista com Fernando Barbosa; “A cadeia não está a cumprir o seu papel ressocializador”	Ana Cristina Pereira
15.2.2004	DN	Sociedade, p. 25	Reforma do sistema prisional. Seis novas prisões e 20 cadeias substituídas.	
15.2.2004	Público	Sociedade, pp.24 e 25 (chamada na 1ª página)	p. 24: Relatório sugere transferência de estrangeiros para combater sobrelotação das cadeias. “Maria desafiou a sorte” Documento apresentado hoje. p. 25: O milagre finlandês “Vladimir não conhece o filho”	Ana Cristina Pereira
16.2.2004	DN	Sociedade, p.22 (chamada na 1ª página)	Reforma do sistema prisional. Pequeno crime não vai a tribunal. “Casas de saída para ajudar ex-reclusos” “Pulseira electrónica antecipa liberdade” “Saiba Mais. A Ministra no mundo precário das prisões.”	Sofia Jesus
17.2.2004	Público	Sociedade p. 27	Reforma aponta para reinserção social dos reclusos	Paula Torres de Carvalho
17.2.2004	DN	Editorial Sociedade, p. 21	Crimes e castigos p. 21: Serviços prisionais. Património paga a reforma prisional Propostas para o sistema prisional	Carlos Ferro
19.2.2004	Público	Sociedade, p. 27 e p. 28	p. 27: Traficantes detidos no ano passado são um terço da população prisional p. 28: PSD quer fim do “balde higiénico” nas prisões	José Bento Amaro (p.27) São José de Almeida (p.28)
21.2.2004	Público	Nacional, p.7	Celeste Cardona pede paciência e mais tempo.	Nuno Sá Lourenço
21.2.2004	DN	Nacional, p. 6 Sociedade, p.21	p. 6: Justiça. Celeste Cardona pede tempo para mostrar resultados p. 21: Conversa da semana. Diogo Freitas do Amaral. Prisões devem ter secretaria de Estado	Inês David Bastos (p.6) Carlos Ferro e Sofia Jesus (p.21)
25.2.2004	Público	Sociedade,	Sampaio critica cuidados de saúde nas	Joana

		p. 28	prisões portuguesas Conferência de Dublin sobre HIV/Sida	
25.2.2004	Público	Nacional, p.8	Deputada do PSD a favor da escolaridade obrigatória nas prisões	Nuno Sá Lourenço
26.2.2004	Público	Nacional, p.10	Prisões. Cardona promete fim dos baldes higiénicos até 2006	
26. 2. 2004	DN	Sociedade, p. 20	Higiene. Prisões sem “baldes” até 2006	Carlos Ferro
27.2.2004	Público	Sociedade, p.28	Condições nas prisões e lentidão na justiça merecem reparo em relatório norte-americano	Isabel Leiria
2.3.2004	DN	Sociedade p.22	Reforma da Justiça. Cardona estuda medidas para evitar prisão.	Elsa Costa e Silva
7.3.2004	Notícias magazine	Malaposta de português em crise, p. 16	A reforma do sistema prisional	Zé de Bragança
16.3.2004	Dn	Sociedade, p. 24	Proposta. Mediação penal pode esvaziar os tribunais	Carlos Ferro
17.3.2004	DN	Sociedade p.24	Justiça. Reforma das prisões dentro de dez dias	Alfredo Mendes
18.3.2004	DN	Sociedade p. 24	Proposta. Mediação penal pode esvaziar tribunais. Ideias da comissão para a reforma do sistema prisional foram apresentadas em seminário (<i>lead</i>).	Carlos Ferro
22.3.2004	Público	Sociedade, p. 26	Foram aplicadas 250 pulseiras electrónicas em Portugal	Lusa
22.3.2004	DN	Sociedade, p. 18	250 pulseiras electrónicas aplicadas em dois anos (<i>relatório</i>)	sem
23.3.2004	DN	Sociedade, p. 18	Justiça. Pulseiras dão lucro	Carlos Ferro
23.3.2004	Público	Sociedade, p. 30	Pulseiras electrónicas alargadas a todo o país em 2005	Paula Torres de Carvalho
29.3.2004	DN	Sociedade, p. 23	Código de Processo Penal. Prisão preventiva equiparada ao uso de pulseiras electrónicas	Carlos Ferro
1.4.2004	DN	Nacional p. 5	Parlamento. Cardona força leis até final do ano	Martim Silva
16.4.2004	Público	Sociedade, p. 32	Cardona admite alargar gestão partilhada de cadeias às empresas	Ana Cristina Pereira
29.4.2004	DN	Sociedade, p. 26	Justiça. Freitas do Amaral teme pelo futuro da reforma das prisões	
8.5.2004	Público	Sociedade, p. 36	Lei da reforma do sistema prisional está pronta	Lusa

CONGRESSO DA JUSTIÇA

O corpo de notícias relativas ao Congresso da Justiça é composto por dois conjuntos de notícias: um anterior à realização do Congresso (2003) que acompanha a sua organização e algumas polémicas que surgiram em torno de algumas declarações de membros de organizações profissionais ligadas à justiça, a propósito de temas trazidos para o espaço público pela mediatização do processo Casa Pia e pela discussão de questões referentes à reforma do Código do Processo Penal entre outras, tais como: a

prisão preventiva, o segredo de justiça, as escutas telefónicas, financiamento do acesso ao patrocínio officioso e novo código das custas judiciais. Estas polémicas são noticiadas como constituindo um clima de confronto entre as profissões judiciais que organizavam o congresso que poderia por em causa a sua realização e ou os objectivos que presidiam à sua realização.

O segundo conjunto de notícias acompanha os trabalhos do congresso. São objecto de notícia: as dificuldades que a sua organização teve de enfrentar devido à falta de consensos quanto ao modelo de organização que deveria seguir, os objectivos do Congresso e as expectativas de vários dos intervenientes em relação aos seus resultados, as intervenções dos membros do governo na abertura e encerramento do Congresso (presidente da Republica, ministra da Justiça, primeiro ministro), as intervenções de alguns dos congressistas, a importância do processo Casa Pia nos discursos. A caracterização e diagnóstico do estado da justiça em Portugal, as críticas a alguns aspectos do seu funcionamento e as propostas de resolução dos problemas identificados articulam os discursos das notícias que são em grande parte estruturados em torno das questões da prisão preventiva, do segredo de justiça e das escutas telefónicas.

Principais temas e sub-temas encontrados:

Crise da justiça em Portugal

- morosidade
- prazos de prescrição
- custos no desenvolvimento do país
- riscos para as liberdades e garantias dos cidadãos
- má imagem da justiça perante os cidadãos
- falta de recursos financeiros que leva à precariedade de recursos humanos e a más condições de trabalho

Revisão do Código do Processo penal

- problemas na investigação criminal
- garantias processuais dos arguidos por via da participação dos advogados e cidadãos nos processos

- prisão preventiva e medidas alternativas à prisão
- escutas telefónicas
- segredo de justiça
- igualdade perante a lei por via do acesso dos cidadãos ao direito e à justiça (gestão do apoio judiciário)

Relações entre os vários operadores judiciais e entre estes e o poder político

- necessidade de colaboração e consenso para facilitar a aplicação da justiça
- independência e autonomia da magistratura judicial, do ministério público e dos advogados
- crítica ao corporativismo profissional, conservadorismo e formalismo praticado por algumas profissões judiciais que são apontados como entrave às reformas da justiça

Relações entre a justiça e a comunicação social

- crítica à discussão pública das decisões judiciais (processo Casa Pia)
- criação de gabinetes de imprensa nos tribunais
- responsabilização dos operadores judiciais e não apenas dos jornalistas na violação do segredo de justiça

Críticas a reformas implementadas pelo governo

- Lei dos julgados de paz
- Lei de privatização dos notariados
- Reforma da acção executiva

QUADRO Nº 2

Data	Jornal	Secção	Título/Subtítulos	Autor
5.6.2003	Público	Nacional, p.13 (chamada na 1ª página)	<i>1ª Pág.:</i> Sociedade. Juízes demarcam-se do Congresso da Justiça <i>p. 13:</i> Juízes afastam-se do Congresso da Justiça indignados com advogados	Leonete Botelho
6.6.2003	Público	Nacional, p.15	Sindicato do Ministério Público lança apelo a Júdice. Congresso da Justiça pode estar em causa	Leonete Botelho

7.6.2003	Público	Nacional, p. 9	Guerra de Nervos entre juízes e advogados	
17.7.2003	Público	1ª página; Nacional pp. 8 e 9	1ª p.: Júdice irrita juízes e funcionários judiciais p. 8: Juízes criticam José Miguel Júdice por linguagem “demagógica e populista” p. 9: Congresso da justiça não está em causa, dizem sindicatos	Maria José Oliveira
25.7.2003	Público	1ª página Sociedade pp. 30/31	1ª p.: Denúncias de escutas a advogados agitam classe (<i>entrevista</i>). “Queremos inverter a espiral negativa da justiça” (<i>entrevista</i> com João Correia)	
25.9.2003	Público	Nacional, p. 14	Júdice propõe indemnização automática para preventivos que sejam absolvidos	
18.12.2003	Público	Nacional, p.10 (página inteira)	Congresso toma o pulso à justiça portuguesa. Aula Magna da Universidade de Lisboa. As cinco profissões judiciais encerram a partir de hoje um debate começado há um ano. Reflexos do processo Casa Pia e “É bom que o poder político, antes de fazer leis, fale connosco”. Quatro perguntas a José Miguel Júdice (<i>entrevista</i>)	Isabel Braga
18.12.2003	DN	DN. Tema pp. 2 e 3 Editorial, p.8	p. 2: Debate com facas afiadas e um sorriso nos lábios Operadores judiciários vão juntar-se para encontrar soluções que melhorem o sistema judicial. No passado nunca se entenderam. (<i>caixa</i>) Os temas da polémica. Alterações ao segredo de justiça. Prisão preventiva em busca de consenso. Apoio judiciário envolto em polémica. Revisão do Código de Processo penal. Olhares voltados para a ministra p. 3: posições atribuídas a 4 personalidades com os seguintes títulos: Congresso para ouvir voz dos cidadãos; Reformas só com coragem política; Afastar velhos preconceitos corporativos; Ultrapassar o clima de suspeição. As teias da Justiça (<i>editorial</i>)	Licínio Lima
19.12.2003	DN	Sociedade,p.p.16 (página inteira) e 17 (chamada na 1ª página)	p. 16: Congresso da Justiça. Abertura solene. Reformas da justiça só com união forense. Chefe de Estado quer um fórum permanente com todos os operadores judiciários. Para deixarem de estar de costas voltadas. Debate. Protagonistas entre críticas e elogios (<i>Caixa</i>). p. 17: Congresso da Justiça. Perspectiva. PIB cresceria 11% com tribunais mais eficazes. Economista diz que má organização judiciária prejudica desenvolvimento do País. Saiba mais. A revolta dos notários (<i>Caixa</i>).	Licínio Lima

20.12.2003	DN	Sociedade, p. 22 (1/2 pág.)	Congresso da Justiça. Congressistas criticam lei dos julgados de paz. Operadores judiciários não querem que sejam considerados tribunais menores de uso obrigatório. Trabalhos terminam hoje.	Idem
20.12.2003	Público	Nacional, p.9 (chamada na 1ª página)	<i>1ª p.:</i> Judiciária guarda escutas telefónicas que devia destruir. Advogado denunciou ontem no Congresso da Justiça que tais registos estarão “a transformar a PJ numa polícia de informações” <i>p. 9:</i> José António Barreiros diz que escutas telefónicas estão guardadas em disco rígido pela PJ. Congresso da Justiça. Advogado acusa judiciária de estar a “alimentar ficheiros policiais” Legisladores não respeitam Constituição Críticas à prisão preventiva.	Paula Torres de Carvalho
21.12.2003	DN	Sociedade, p.19	Durão Barroso pede à Justiça coerência. Reformas. Estado vai vender cartórios notariais ao preço da chuva. Arménia Coimbra “O cidadão poderá pagar preços que ninguém controla” (<i>Entrevista</i>)	L.L. Lucínio Lima
21.12.2003	Público	Nacional, p.14 (chamada na 1ª página)	<i>1ª p.:</i> Durão Barroso anuncia no Congresso da Justiça revisão de leis penais. Modificações abrangem segredo de justiça, prisão preventiva e escutas telefónicas. <i>p. 14:</i> Primeiro-ministro anuncia reforma penal em Março de 2004. Encerramento do I Congresso da Justiça. Gabinetes de imprensa nos tribunais. O orador mais aplaudido. Processo da Casa Pia a pairar sobre os discursos.	Isabel Braga

Bibliografia

- Dores, António Pedro (org.), (2003) *Prisões na Europa. Um debate que apenas começa*, Oeiras, Celta editora.
- Ericson, Richard V. (ed.), (1995), *Crime and the Media*, The international library of criminology, Criminal Justice and Penology, Dartmouth Publishing Company Limited.
- Fatela, João (1989), *O sangue e a rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Foucault, Michel (1999), *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Garland, David (1990), *Punishment and Modern Society. A study in social theory*, Oxford, Clarendon Press.
- Garland, David (2001), *The Culture of Control. Crime and Social Order in Contemporary Society*, Oxford University Press.
- Giddens, A. (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- Goode, Erich e Ben-Yehuda, Nachman (1994), *Moral panics: the social construction of deviance*, Oxford, Blackwell Publishers.

Hackett, Robert A. (1993), “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos *media* noticiosos”, in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Veja.

Hall, Stuart et al (1993), “ A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media”, in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Veja.

Mathews, Roger (1999), *Doing Time. An Introduction to the sociology of imprisonment*, London, MacMillan Press, Ltd.

Rebelo, José (2003), *A Comunicação – Temas e Argumentos*, Coimbra, MinervaCoimbra.

Rebelo, José (2002, 2ª ed.), *O discurso do Jornal*, Lisboa, Editorial Notícias.

Rodrigues, Adriano Duarte (1993), “O acontecimento”, in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Veja.

Serrano, Manuel Martin, “La mediación de los medios de comunicación”, in Moragas, M. De, (ed.), *Sociología de la comunicación de masas. I. Escuelas y autores*, Editorial Gustavo Gili, S^a.

Wolf, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.

Investigadora: Graça Carapinheiro

Subprojecto: Cuidados de saúde

RELATÓRIO

Definiram-se quatro tarefas principais. A primeira delas consistiu em familiarizarmo-nos com o desenvolvimento do projecto sobre representações da justiça, o que foi feito através de uma troca de impressões com a Rita Penedo, que nos facultou um relatório que corresponde à narrativa do projecto em causa. A segunda consistiu em identificar as associações cuja actividade incide exclusivamente sobre questões de saúde, de modo a que possam ser feitas entrevistas aos seus dirigentes associativos. A terceira consistiu em procurar marcar uma reunião com o técnico da Direcção Geral de Serviços Prisionais (DGSP) que faz o tratamento das estatísticas prisionais, de modo a decidirmos qual o tipo de informação relevante para o projecto e qual o melhor modo de a cruzar (reunião marcada para o próximo dia 21/1). Por último, decidimos abordar a Sofia Marinho e a Prof^a Maria João Vaz, na expectativa de que os materiais recolhidos e a bibliografia utilizada nos permita fazer a genealogia da história da saúde nas prisões portuguesas, ou seja, perceber como e quando se estabeleceu este campo institucional, nomeadamente através da identificação das instituições e dos seus agentes.

Prepararam-se os seguintes elementos:

- Elaboração de uma bibliografia organizada em torno de 4 eixos temáticos: *Prisões/controlo social; Imigração/minorias étnicas; Saúde/poder médico; Crime/criminologia.*
- Elaboração de uma lista dos organismos oficiais que tutelam a área das prisões, ou que se a esta se encontram ligados, de modo a ser feita uma recolha de documentação oficial que permita conhecer aspectos relevantes da realidade prisional portuguesa. Um principal destaque será dado, pelo menos nesta fase, à recolha de estatísticas oficiais que permitam cartografar a composição da população prisional, de modo a conhecermos qual a distribuição e o “peso” relativo das comunidades migrantes no sistema prisional português.
- Elaboração de uma listagem das Associações de Imigrantes registadas em Portugal, com o objectivo, não só de ter uma primeira percepção do fenómeno associativo das minorias étnicas, mas sobretudo, ficar com elementos e

contactos das associações que compõem este universo. O objectivo, depois de conhecer o “peso relativo” de cada uma dessas minorias no Hospital Prisional de Caxias, será o de proceder à selecção das associações a abordar, no âmbito da definição de uma amostragem representativa desse universo.

- Elaboração de uma lista de contactos de pessoas com responsabilidades nos organismos oficiais que tutelam esta área (DGSP, IRS, etc.), e de técnicos e investigadores que ou trabalham no terreno ou desenvolvem pesquisa sobre os assuntos que importam para esta pesquisa. Assim, para além dos técnicos que trabalham nas instituições oficiais, importará, também, ficar com referência acerca de quem tem, do ponto de vista académico, uma particular competência nestas matérias, em virtude do seu percurso de investigação (nomeadamente na área da Sociologia das migrações, movimentos sociais, etc.). O propósito desta tarefa, será o de definir uma rede de informantes privilegiados e de actores chave que nos auxiliem nas eventuais redefinições do modelo de análise a construir, mas também nas estratégias de aproximação que forem sendo feitas.
- Por último, ficou definido que será importante combinar, para breve, uma reunião com o João Nogueira, de modo a confrontar e, eventualmente complementar, as referências bibliográficas e documentais por nós compiladas com as que ele recolheu no âmbito de um trabalho sobre o Hospital Prisional de Caxias, desenvolvido na cadeira de Sociologia da Medicina e da Saúde, mas também ter acesso às entrevistas realizadas nesse contexto, e, sobretudo, beneficiar do seu testemunho e da sua experiência de investigação.

Realizaram-se muitas reuniões com alguns dos responsáveis pelos serviços que nos poderiam dar informações sobre o sistema prisional em geral e sobre o seu sistema de saúde em particular. Preparou-se também a possibilidade de observação mais directa das práticas hospitalares. O que nos deixou optimistas e confiantes da possibilidade de ser possível desenvolver protocolos de observação in loco.

Investigadora: Maria João Vaz

Subprojecto: Análise histórica século XIX

RELATÓRIO

Durante o último ano procedeu-se à finalização da recolha de informação e ao tratamento, quantitativo e qualitativo dos dados recolhidos.

De acordo com o objectivo inicialmente definido, no âmbito da disciplina da história procurar-se-ia caracterizar socialmente a população que, no final do século XIX e na cidade de Lisboa, mais frequentemente se via envolvida em acções que violassem a lei criminal em vigor e, por tal, fosse presa. Trata-se de um tema ainda muito pouco explorado pela historiografia portuguesa e que é importante ser estudado.

Portugal não era nesta altura um país de imigração, sendo reduzida a população estrangeira residente no país. Ainda assim, na pesquisa de informação procurou-se dar especial atenção aos dados referentes à população estrangeira residente em Lisboa que se vira implicada em crimes.

De acordo com a metodologia anteriormente definida, foi feito o levantamento da informação sobre a criminalidade e a justiça criminal publicada em diversos periódicos publicados em Lisboa no final do século XIX. Procedeu-se à selecção dos periódicos que seriam alvo da análise, tendo em conta o projecto editorial apresentado pelo jornal. Optou-se por fazer o levantamento de uma forma sistemática para o último quartel do século XIX para o *Ocidente*. Os outros dois jornais seleccionados foram *O Século* e o *Diário de Notícias*. Contudo, a escassez de tempo e recursos não permitia que fosse feito o levantamento exaustivo de toda a informação relativa à criminalidade e à justiça criminal publicada nestes dois jornais. Procedeu-se então à selecção dos períodos temporais que seriam alvo da recolha de informação. Entre Junho de 2003 e Dezembro do mesmo ano fez-se o levantamento exaustivo de todas as notícias relativas à criminalidade e à justiça criminal, referentes ao ano de 1892, no jornal *Diário de Notícias*. Foi também feito o levantamento de todos os processos-crime relativos ao ano de 1892, depositados no Instituto Arquivos Nacionais /Torre do Tombo.

Após o levantamento da informação procedeu-se à exploração e análise dos dados recolhidos com o objectivo de traçar o retrato social do indivíduo que com mais frequência era acusado da prática de crimes. Os dados recolhidos das notícias de jornal e dos processos-crime foram cruzados com outros dados já anteriormente recolhidos, nomeadamente os dados estatísticos sobre a criminalidade publicados na época. Com

base nesta análise foi elaborado um estudo sobre o surgimento do jornalismo noticioso e a divulgação de notícias sobre o crime em Lisboa, no final do século XIX, o qual será proposto para publicação.

Resultados parciais da pesquisa em curso foram também divulgados nos encontros de debate realizados no âmbito do projecto “A prisão de não nacionais”.

ANEXOS

1. Texto Metodológico - Histórias de Vida e Método Biográfico -

Porém, estas procuras de inteligibilidade não significam que uma *biografia seja redutível à combinação de séries cronológicas construídas pelo investigador. «O sentido da vida dos sujeitos é sempre irredutível e indemonstrável, pertence ao registo dessas verdades últimas que já não dizem respeito às Ciências Sociais.»*

(F. de Coninck, F. Godar, 1989, p.15)

In Albarello et al. 1997, p.244

A Problemática

Certos problemas sociológicos somente são captados se os analisarmos do ponto de vista do sujeito (suas vivências, práticas, representações), induzindo-se desse conhecimento compreensões sobre a estrutura social. Procura-se ler a sociedade através da biografia.

Para tal efeito, recorrer à abordagem biográfica ou histórias de vida, é de acordo com Albarello (ALBARELLO et al.,1997), abrir a porta a inúmeras possibilidades teóricas que em si mesmas procuram quer ultrapassar as fragilidades/questões que a este método são colocadas – se será adequado à análise da realidade social e se se poderá aceder ao social a partir daquilo que é único e irrepetível, a subjectividade de cada indivíduo -, quer criticar certas teorias, como o Funcionalismo e o Estruturalismo, que segundo o autor, retiram ao homem capacidade de iniciativa e acção sobre o sócio-estrutural – por isso a terminologia de *actor social* usada neste método, referindo a não passividade do sujeito mas também a sua não total liberdade.

Assim, as investigações (sociológicas ou não) que usam esta abordagem começam primeiramente por lançar questões sobre a realidade social, nomeadamente questões que se prendem com uma procura para lá do imediatismo, buscando realidades como modos de vida, práticas, signos e símbolos.

Em que situações utilizar esta abordagem?

Pressuposto #1 – O relato individual como história social colectiva

- *Seguir esta abordagem é postularmos que apesar do relato de vida ser a descrição de um singular, suas vivências e práticas, não deixa de ser de igual modo a descrição de condições concretas dessas vivências, ou seja, o relato per si é encarado como uma representação da apropriação que o actor fez/faz das estruturas sociais que o rodeiam. Pela acção conhece-se a estrutura.*

Pressuposto #2 – Actor como produto e produtor do social

- *O método biográfico capta as relações dialécticas entre a subjectividade do discurso e a pertença objectiva deste a um dado universo, isto é, o actor é produto e produtor de realidades sociais (apreensão do habitus). Se por um lado evidencia o peso das determinações sociais nas suas trajectórias e representações, por outro lado evidencia o modo como se relaciona com essas mesmas determinações – espaço possível para a criatividade.*

Pressuposto #3 – Capta o que escapa às estatísticas: a captação do Outro.

- *Esta abordagem também é utilizada para compreender fenómenos que por uma mera análise estatística não demonstraria a sua verdadeira natureza ao omitir certas variáveis da análise que somente um método qualitativo poderá pressupor, como por exemplo ... (apesar de não se retirar aos métodos quantitativos o seu carácter de flexibilidade analítica), e principalmente, porque permite tornar acessível ao investigador certos universos / fenómenos específicos como por exemplo, as questões relacionadas com as marginalidades e exclusões ou onde a questão do que aparenta ser o Outro torna-se relevante.*

Pressuposto #4 – O valor sociológico do relato

- *A captação de factos sociais e os sentidos que lhes são atribuídos somente é possível em termos de experiências particulares. Em certa medida, como refere Albarello, o informador sabe mais que o investigador.*

No caso do presente estudo de investigação, referir-nos-emos a ...

A Construção da Amostra

Como é impossível retirar conclusões sociológicas de um relato apenas – por mais rico que esse seja -, somente quando confrontado com outras biografias ou dados de outra natureza é que se pode começar a retirar conclusões. Tal significa que apesar de se poder discutir a representatividade ou não-representatividade da amostra, esta terá que ser suficientemente numerosa para se poder atingir as propostas inicialmente lançadas pelo investigador. (não estou nada certo disto..., merece alguma reflexão)

Na sua construção importa estabelecer uma lista de variáveis estratégicas que no entanto, poderá ser modificada no decorrer do processo.

Existem ainda condições que têm que ficar esclarecidas junto da amostra: questão do anonimato, calendarização dos encontros, a possibilidade de gravação, entre outros.

No caso do presente estudo, a construção da amostra foi obviamente seleccionada em função da problemática não obstante de ter sofrido alterações ao longo do percurso devido a problemas com os quais a equipe de investigação foi-se deparando.

Não procurando (como procurar?) representatividade sobre o universo dos não-nacionais, iniciou-se o estudo com as seguintes ideias em mente: construir um grupo de cem entrevistados pertencentes a duas comunidades de imigrantes – imigrantes africanos e imigrantes dos países de leste - situados na área de Chelas, mais especificamente na Zona J dessa localidade. A primeira ideia era verificar o que poderia significar uma amostra representativa da comunidade imigrante da Zona J. O problema

é que a Zona J também já se escondeu, como os próprios imigrantes, face à exposição “cultural” do filme com o mesmo nome e arrancou as placas toponímicas e a designação caiu em desuso no local (se alguma vez foi usada). A comunidade também era mentira. E falar com imigrantes não foi fácil. Foi mais fácil noutros locais da cidade? Podes responder a isso?

A obtenção dos testemunhos teria que seguir uma via informal, procurando um discurso não institucionalizado, evitando, por isso, o contacto, por exemplo, com associações de imigrantes ou outras organizações. Isso tinha uma razão de ser: evitar que os depoimentos identificassem os sociólogos com instituições que serviriam apenas de meio de contacto, na esperança de minorar os enviesamentos que isso pudesse introduzir nas cabeças dos imigrantes. Em termos de variáveis, o único pressuposto que considerámos imprescindível era que os entrevistados teriam que estar a trabalhar (baseia-se na ideia de que esta condição ainda que com todas as situações precariedades e de ilegalidades que envolve este grupo, pressupõe uma certa participação ou possibilidade de participação e estabilidade social, indispensável à possibilidade de reflexão e trabalho de memória que a técnica histórias de vida pressupõe – mas não está explicitada na apresentação inicial).

Se tivéssemos podido circunscrever o nosso trabalho à zona J teríamos tido a possibilidade de recorrer aos Censos da população, recentemente realizados, para desenharmos um modelo de universo de não-nacionais na zona J. Como isso não foi possível, restou-nos procurar que o número em si teria que estar equilibrado (número certo de entrevistados para ambos os grupos, assim como um equilíbrio entre os sexos).

Ainda assim, em termos de análise certas variáveis entraram (escolaridade, idade, estado civil, anos em Portugal, entre outras).

Mas para efeito de construção da amostra foi somente o grupo e trabalhar. Não percebi o que queres dizer

Colocar: métodos que seguimos de recolha de testemunhos, alterações feitas na amostra – alargamento a outro grupo e aumento da área de intervenção, pedido de auxílio a associações. CATEGORIAS E NÃO VARIÁVEIS

As Entrevistas Biográficas – entre a directividade e a não-directividade

A duplicidade de posturas entre directividade e não-directividade poderá parecer à primeira vista pouco precisa. Mas quando se pretende mais a narração do que a descrição, quando se procura ligar os níveis simbólicos (valores, representações e emoções) e concreto, o investigador deverá ser ora directivo ora não-directivo.

A primeira postura deve ser exercida na obtenção de informações precisas sempre que necessário ou na necessidade de reorientar o entrevistado para o tema (muitas deambulações importantes são por vezes produzidas). A segunda postura surge principalmente quando se depara o investigador com elementos afectivos do discurso e narrações direccionadas para a problemática.

Muitas vezes, durante este processo, não é raro ver contradições. Mas, como refere Albarello, “(...) a sua vida não é linear, segue um desenvolvimento caótico e aleatório. Ao produzir um relato, o entrevistado descobre, de certo modo, a sua vida e abre-se ao futuro. Os próprios entrevistados espantam-se muitas vezes com a realidade da sua vida e assinalam esse facto, ao contarem-na, modelam-na e apropriam-se dos meios para a compreenderem” (ALBARELLO,1997:216).

No nosso caso.....

A Análise

Esta etapa consiste na construção progressiva de uma representação do objecto sociológico.

Primeiramente a análise realiza-se passo a passo, entrevista a entrevista, lendo e relendo cada uma, procurando interpretações por meio do estabelecimento de relações entre os vários elementos. Contudo, estas primeiras interpretações devem ser verificadas nas entrevistas, tentando ver se não são invalidadas por alguns elementos do relato que não terão tido em conta.

Posteriormente, constrói-se progressivamente um modelo que irá substituir ou resumir determinadas partes do relato por palavras ou grupos de palavras que exprimem as várias representação do entrevistado.

Em seguida inicia-se uma análise comparativa dos relatos – designada por análise transversal. Destacam-se os modelos de trajectória ou modelos de representações que surgirão mais frequentemente sob a forma de tipologias.

Vemos o quadro síntese seguindo os seguintes cinco níveis proposto por Albarello (ALBARELO,1997).

- 1) *nível das evidências* – decorre da percepção que a pessoa possui da situação concreta em que se encontra (a definição da situação da realidade pelo agente é o quadro ‘real’ da sua acção);
- 2) *nível do objecto imaginado* – depende do sistema de valores do sujeito socialmente posicionado e em particular dos valores associados às acções e reacções do sujeito - a partir delas articulam-se representações particulares aplicadas a situações específicas;
- 3) *nível da realidade no seu encadeamento* – reúne os elementos de compreensão do movimento da vida, em acção na história de vida concreta (cronologias e rupturas existem para elucidar a história feita e a história que se faz a partir de criações materiais, de interacções sociais e de representações imaginárias - só a partir destas pode falar-se de realidade social);
- 4) *o nível da inteligência prática* – depende do nível estratégico, por vezes explícito mas sempre implícito, do conjunto de práticas sociais constitutivas de determinada sequência biográfica. A inteligência prática postula uma espécie de chave de interpretação.;
- 5) *o nível das variáveis estruturais* – releva da identidade social (papéis, posições e fundos) do indivíduo, trata-se do modo como os indivíduos estão colocados objectivamente e como se situam subjectivamente numa hierarquia social;

Importa referir que esta grelha de leitura não pode ser realizada a priori. Foi a leitura das entrevistas em relação com a problemática da investigação que permitiu destacar mecanismos que pareciam recorrentes e susceptíveis de explicar trajectórias. Geralmente, estes estabelecimentos de modelos fazem-se e refazem-se no decurso da análise para se chegar a um ponto de precisão satisfatório na medida em que é tida em conta a diversidade das trajectórias encontradas. Esta etapa serve igualmente para ir à procura dos ‘casos negativos’ que poriam em causa o modelo ou que pelo contrário, evidenciariam outras trajectórias possíveis.

A nossa análise centrar-se-á.....

Os Resultados

Neste caso não se trata de verificar hipóteses previamente elaboradas, mas antes de produzir novos conhecimentos relativamente à questão lançada, por vezes, reposicionando-a.

Estas investigações culminam na construção de tipologias que abrangem a multiplicidade das trajetórias e das representações. Estas permitem uma espécie de visualização dos resultados. A partir destas tipologias surgem novas maneiras de colocar as questões, destacando-se uma nova representação do objecto sociológico.

Conclusão

Em conclusão, vemos através deste método que a dimensão do tempo ou de sucessão temporal situa-se no centro das interpretações ou das análises. O sentido das condutas deve ser procurado do lado da organização histórica das existências. Isto significa procurar as formas de nexos de causalidade que se estabelecem entre diversos acontecimentos a fim de permitirem a compreensão de uma trajetória.

Não devemos concluir que ao fazê-lo estejamos a tentar procurar uma explicação causal dos factos no sentido positivista do termo, ou seja, que semelhante análise permitiria prever acontecimentos futuros a partir de acontecimentos anteriores. Isto significaria então cair em hipóteses deterministas, em relação às quais estabelecemos uma distância, ao insistirmos numa concepção do sujeito enquanto actor social.

Quando passamos à construção daquilo a que chamámos tipologias, tentamos evidenciar, por meio de um processo de comparação, relações causais que ultrapassam os casos individuais. Tenta-se produzir mediações entre enunciados singulares e enunciados universais que se baseiam na referência a uma identidade de estrutura progressivamente construída entre dados observados (ideia assinalada por Satre) – tal permite fornecer os elos possíveis de explicação da realidade social.

Através deste tipo de análise podemos estudar os percursos, compreendendo as questões das mudanças. Podemos examinar igualmente momentos de ruptura e formas de organização ou de reorganização num espaço social em mudança.

Bibliografia

- BERTAUX, D. (1977), *Les Récits de Vie*, Nathan, Paris
- BOUDON, Raymond (s/d), *Os Métodos em Sociologia*, Edições Rolim, Lisboa, Cap. IV
- DIGNEFFE, Françoise, BECKERS, Myriam, “Do individual ao social: a abordagem biográfica”, in ALBARELLO, Luc, (et al.) (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, pp.203-245
- FINE, Michelle, “Working the Hyphens – Reinventing self and other in Qualitative Research” in DENZIN, Norman K, LINCOLN, Yvonna S. (1998), *The Landscape of Qualitative Research – Theories and Issues*, (ed.) Sage Publications, Estados Unidos da América
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota (1987), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, 2ª Edição, Ed. Vozes, Brasil
- SARABIA, Bernabé, “Documentos personales: Historias de vida”, in FERRANDO, Maneul García, IBÁÑEZ, Jesús, ALVIRA, Francisco (1989), *El Análisis de la realidad social – Métodos y Técnicas de investigación*, Alianza Editorial, Madrid, pp.205-225
- SILVERMAN, David (2000), *Doing Qualitative Research – A Practical Handbook*, Sage Publications, Inglaterra, pp.75-87 / 233-238

1. HAGUETTE, Teresa Maria Frota (1987), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, 2ª Edição, Ed. Vozes, Brasil

2. FINE, Michelle, "Working the Hyphens – Reinventing self and other in Qualitative Research" in DENZIN, Norman K, LINCOLN, Yvonna S. (1998), *The Landscape of Qualitative Research – Theories and Issues*, (ed.) Sage Publications, Estados Unidos da América
3. DIGNEFFE, Françoise, BECKERS, Myriam, "Do individual ao social: a abordagem biográfica", in ALBARELLO, Luc, (et al.) (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, pp.203-245
4. SARABIA, Bernabé, "Documentos personales: Historias de vida", in FERRANDO, Manuel García, IBAÑEZ, Jesús, ALVIRA, Francisco (1989), *El Análisis de la realidad social – Métodos y Técnicas de investigación*, Alianza Editorial, Madrid, pp.205-225
5. IMBERT, Gérard, "Por una socio-semiotica de los discursos sociales (acercamiento figurativo al discurso político)", in FERRANDO, Manuel García, IBAÑEZ, Jesús, ALVIRA, Francisco (1989), *El Análisis de la realidad social – Métodos y Técnicas de investigación*, Alianza Editorial, Madrid, pp.415-422

2. Sociologia da Emoção e Estrutura Social

1. *Breve história das emoções na teoria social* pg. 1
2. *Entre a Cultural e a Estrutura*..... pg. 5
3. *Emoções como fenómenos sociais*..... pg. 5
4. *Confiança, Medo e a Temporalidade da Acção*..... pg. 6
5. *Necessidades básicas da Sociedade:*
o caso da Justiça..... pg. 14
6. *Relação de Confiança e do Medo com*
a construção identitária – entre o micro e o macro..... pg. 15

Breve história das emoções na teoria social

Apesar da temática das emoções estar presente nas teorias sociológicas do século XIX (Tocqueville, Durkheim, Tönnies e Simmel), após esse período, as emoções, enquanto categoria explicativa sociológica, foram colocadas à margem explicativa, principalmente porque se assistiu à ascensão da razão enquanto forma que explicava e que organizava o social. Quando pressuposta, a emoção, era meramente entendida como o factor que se opunha à razão. Este posicionamento, que se constata desde os pré-socráticos, implicava a oposição entre ambas e pode ser apreendido nos seguintes posicionamentos clássicos:

- 1) abordagem convencional – emoção e razão são opostas (perspectiva de Weber);
 - a racionalidade funciona em termos da exclusão da emoção. O desenvolvimento ocidental e uma vasta gama de processos técnicos, institucionais, organizacionais e sociais são explicados pelas palavras racionalidade e racionalização. Nas quatro formas de acção típico-ideias, a saber, acção racional relativa a um fim, a acção racional relativa a um valor, acção tradicional e acção afectiva ou emocional, abordou a questão da emoção, este tipo de acção emocional pressupunha metas emocionais experimentadas no indivíduo como forças compulsórias. Mas, se as emoções não estão

sujeitas à avaliação e à deliberação do indivíduo, então, a escolha não tem qualquer papel na experiência emocional. A acção, neste ponto, não é racional, pois não é exercida de livre vontade.

2) abordagem crítica – a emoção apoia a racionalidade (perspectiva de Hume);

- Emoção e razão, ainda que distintas, apoiam-se. Esta ideia deriva do facto de que os seus teóricos, entre os quais Hume e mais recentemente e noutra área de especialização, António Damásio, afirmam que também a emoção gera cursos de acção tão válidos como aqueles que a razão oferece. Para mais, surge a ideia de que muitas vezes é a emoção que preenche as lacunas que a razão ou não consegue preencher ou iria ocupar muito tempo para realizá-la. Para Damásio, a emoção ajuda a razão, sobretudo nos assuntos pessoais e sociais que envolvem risco e conflito, na medida em que eles são inseparáveis da ideia de recompensa ou de castigo, de prazer ou de dor, de aproximação ou de afastamento, de vantagem ou desvantagem pessoal - assim, fornecem automaticamente comportamentos orientados para a sobrevivência. A este respeito, esta abordagem segue o que se designa por irracionalidade da razão, ou seja, a inquietação dos indivíduos face a práticas identificadas como racionais, por exemplo, o armamento nuclear, faz diminuir o valor da razão. A emoção emerge de uma posição de subalternidade, para uma posição de apoio no processo cognitivo.

3) abordagem radical – emoção e razão são contínuas entre si (perspectiva de William James);

- Para William James a racionalidade somente é reconhecida por um sentimento de racionalidade. Tal é explicado em termos de um sentimento de suficiência do presente, isto é, sentimento de racionalidade descrito como uma emoção de segurança. O pré-requisito prático para este sentimento é para James, banir a incerteza do futuro (apesar da inviabilidade de tal). Deste modo, resolve-se o problema com o chamado sentimento de expectativa, permitindo aos indivíduos agir com objectivos. A racionalidade é então conceptualizada em termos de orientações emocionais para o futuro e a sua insistência na importância emocional para a racionalidade são óbvias no modo como trata o papel da emoção na tomada de decisões. James faz notar que na maior parte das situações sociais a acção é levada a cabo na ausência de provas quanto ao que seria o seu rumo mais adequado. Por vezes, perante opções forçadas de acção, o cálculo não traz grandes garantias e é uma escolha emocional e não lógica que faz com que a acção ocorra.

Mas voltemos ao posicionamento e importância das emoções no pensamento sociológico.

Como referimos anteriormente, a adoção de teorias que seguiam o pensamento de Weber (crescente racionalização do mundo e da sua organização política, social e económica), levou a um abandono da relevância das emoções para o pensamento sociológico. Os diversos desenvolvimentos ocorridos desde os finais do século XIX levou Barbalet a concluir que, “*Os analistas sociais não se expressam necessariamente através de vocabulário político. Mas a relevância de uma terminologia das emoções na sociologia do século XIX e início do XX está em consonância com as emoções que os próprios investigadores viveram durante um período histórico de multidões insubordinadas, massas urbanas e transformações económicas, políticas e sociais*” (BARBALET, 2001:31). Com o aparente apaziguamento destes condicionalismos (regulação da economia, da política e das populações) no final da Primeira Guerra Mundial, emergiu um sentimento de uma ordem social menos apaixonada e cada vez mais racional e por isso, impessoal. Neste terreno surge um novo tipo de acção social – a racional – e consigo a estigmatização e abandono da emoção.

Para Agnes Heller, a base social para a separação entre razão e emoção sob o contexto do capitalismo moderno encontra-se na conversão capitalista do poder de trabalho num bem e a consequente separação da esfera de trabalho remunerado da esfera doméstica. Diz-nos Barbalet que, “*A transformação da família pré-capitalista, um local de actividade produtiva e de desempenho simbólico colectivamente relevante, na família da sociedade de mercado, um domínio exclusivo de afectividade não instrumental ou «interioridade emocional», transformou também aquilo que é abrangido pela categoria de emoção*” (idem:88). Principalmente, dever-se-á entender que as actividades que se encontram associadas às emoções (por exemplo, educação e criação das crianças, o que leva a uma outra separação - emoção associada ao feminino e razão ao masculino), têm, em termos de mercado, pouco valor.

Contudo, para autora, a emoção, quanto à sua função nas chamadas instituições ‘omnipresentes’, exemplificadas no mercado da sociedade capitalista, é oposta à de Weber. A autora refere que a racionalidade instrumental da competição de mercado não pode passar sem as emoções que são vistas como o pano de fundo da prossecução impessoal das mercadorias. O empreendimento da troca pede emoções: dedicação,

lealdade à organização empregadora, alegria com o êxito, tristeza com o insucesso, confiança na cooperação, inveja dos competidores, entre outras.

Ainda assim, constata-se a exclusão das emoções em inúmeras teorias sociológicas como no Funcionalismo e na Teoria da Escolha Racional, a título exemplificativo. Pode-se então afirmar que a sociologia tornou-se, ela própria, racional ou racionalizada – basta-nos lembrar os trabalhos de Parsons¹ que se tornaram num caso paradigmático em termo das convenções sociológicas que foram estabelecidas e que lentamente foram sendo reavaliadas, principalmente a partir da década de 70 do século passado, destacando-se o contributo de três teóricos chave: Kemper, Hochschild e Denzin.

E como transformações sociais levaram ao abandono das emoções, também posteriormente mudanças mais vastas levaram à reintrodução das categorias das emoções no estudo dos processos sociais, de novo lançando um debate em seu torno: emoção como consequência de processos culturais e cognitivos e emoção como consequência de processos socioestruturais e relacionais.

Entre a Cultura e a Estrutura

A abordagem construcionista defende que as emoções são afirmações estratégicas avaliativas a sistemas locais de significado, enfatizando a manipulação das emoções pelos actores em vez do efeito da emoção nas suas acções e dos processos em que se encontram inseridos. Sendo verdade que a expressão emocional encontra-se sujeita a variações de socialização e a variações dos valores e normas predominantes num dado espaço e tempo, a ideia de que existem aquilo a que Hochschild designou por ‘regras de sentimento’ numa dada cultura e que as emoções socialmente importantes podem ser sujeitas a modificações através do ‘trabalho das emoções’ (Hochschild), deve ser encarada, de acordo com Barbalet, com algumas reservas, na medida em que as regras culturais ou são demasiado vastas ou demasiado contraditórias para funcionarem enquanto regras ou modelos. Para Barbalet, acima de tudo, as mudanças emocionais ocorrem em resultado de um conjunto de processos, muitos deles resultantes das

¹ A emoção é analisada nas instituições primárias mas expulsa das instituições secundárias. Encarada enquanto elemento desorganizador dos processos sociais, será ainda mais demonstrativo a ideia de que devido à impossibilidade de coordenar o sistema normativo de expectativas e o sistema normativo de interacções, a tensão resulta como reacções de ansiedade, hostilidade, fantasia e que visto serem as tensões predominantemente emoções que perturbam a ordem ou levam a um afastamento desta, o controlo deve ser dirigido a todos os elementos desta estrutura motivacional, encontrando-se uma permissividade limitada em relação a tipos de expressão emocional que seriam considerados tabu na vida quotidiana normal.

dinâmicas estruturais das emoções e não da força dirigente da cultura. Estas dinâmicas estruturais das emoções incluem reacções emocionais a experiências emocionais. Os padrões emocionais que ocorrem na experiência de um indivíduo são transformados e mudam em resultado de mudanças relacionais e circunstanciais, que provocam mais emoções.

Assim, mais do que encarar as emoções enquanto fenómenos culturais, poderemos neste texto encará-las dentro das relações estruturais de poder e de status que as desencadeiam. Assim, ao explicar certas emoções particulares iremos compreender o seu papel nas relações sociais e, por essa linha, na identidade do indivíduo, pressupondo para tal que propriedades estruturais das interacções sociais determinam experiências emocionais e que experiências emocionais particulares determinam a disposição para determinados rumos de acção.

Emoções como fenómenos sociais

Não se pode entender a experiência individual da emoção sem pressupor que esta experiência parte de um contexto social específico. Como experiência envolvida num contexto edifica-se uma noção de emoção como fenómeno social.

Enquanto experiência envolve, naturalmente, a pessoa. Leventhal afirmou a este respeito que a experiência deve ser estudada através de indicadores. Os indicadores de emoção são respostas verbais e instrumentais, respostas expressivas e respostas autónomas.

O tipo de experiência que forma uma emoção é um fluxo contínuo de respostas avaliadoras a situações. Estas respostas encontram-se, muitas vezes, associadas à preparação para a acção.

As emoções são distinguíveis em termos dos tipos de contexto emocionais existentes. Assim, a situação ou contexto em que é experimentada a emoção pode ser conceptualizada como um aspecto da própria emoção quando esta é entendida como uma dimensão entre pessoas ou agentes sociais em vez de o ser como um estado psicológico ou fisiológico meramente empírico e individual.

Estes diferentes níveis de realidade são distinguidos por processos de abstracção através dos quais são estabelecidas as especificidades e as fronteiras dos objectos com os quais o sujeito interage.

A abstracção ao nível individual dá origem a uma classificação específica de conjuntos de relações (nomeadamente a perspectiva sociopsicológica). A abstracção ao nível das relações ou estruturas sociais dá origem à macroperspectiva e a uma outra forma de explicação.

Assim, poder-se-á pressupor que as emoções conceptualizadas ao nível das relações de poder de participação (ou na sua ausência), pode ser considerada um tipo particular de experiência com um relacionamento complexo com a estrutura social. Primeiramente, porque essas emoções são inerentes às relações estruturais de uma dada sociedade (incluindo desigualdades, exclusões); em segundo, porque essas emoções dão origem a acções que variam conforme as emoções; e em terceiro, porque essas acções afectam a estrutura social quer reforçando resultados, atitudes, relacionamentos, representações, quer levando a modificações dos mesmos.

Confiança, Medo e a Temporalidade da Acção

A dimensão cognitiva da confiança é mais bem compreendida não em termos daquilo para que o actor é dirigido mas em termos do auto conhecimento do actor. Mas, como afirma James, as pessoas conhecem-se a si próprias através do que nelas desperta ou provoca o auto-exame ou a autoconsciência das emoções. A confiança é uma dessas emoções: os seus aspectos cognitivos abarcam a informação da autocompreensão. Sem isto, não é possível que a acção ocorra.

Simmel afirmava que a confiança formula o comportamento futuro. Ao ultrapassar a incerteza, a incognoscibilidade do futuro, a confiança é um elemento básico para a acção.

Por isto e pelo que mais adiante escreveremos, torna-se importante pressupor a importância do tempo nesta análise.

Ao passo que a autoconfiança é relevante para a acção, a confiança no outro e no julgamento da própria pessoa são sobretudo construções de crença. Neste caso, a confiança equipara-se à fé. Mas enquanto a fé não requer provas, a confiança sim.

Este quadro é distinto quando vemos a autoconfiança. Esta depende menos do conhecimento e mais de uma forma de autocompreensão que normalmente opera ao nível do inconsciente. Esta autoconfiança leva a uma disposição para a acção. Deste modo, este paradoxo assenta na ideia de que, “(...) a acção estende-se necessariamente

para além do presente temporal, para o futuro, na altura em que é desencadeada; (...) a acção traz um futuro possível para o sempre presente”(BARBALET, 2001:125).

Consequentemente, o conhecimento da autoconfiança é um sentimento quanto às próprias capacidades do actor para se aproximar daquilo a que se propôs alcançar. Assim, ocorre o empenhamento.

Para além dos sentimentos, sensação e da expressão, é típico da emoção incluir componentes cognitivas e disposicionais.

A experiência emocional inclui um elemento cognitivo de avaliação ou apreciação da situação na qual ocorre em termos da sua relevância para o sujeito e também um elemento de disposição no qual existe preparação das reacções comportamentais para a situação que o sujeito enfrenta. Estas duas componentes foram descritas como as funções da emoção. Contudo, nem todas as explicações da emoção se referem a ambas as funções.

As teorias que se centram no modo com as pessoas gerem as suas emoções, reconhecem a avaliação cognitiva na emoção mas tendem a ignorar a disposição. Outras reconhecendo que as emoções são passíveis de serem suprimidas ou aumentadas socialmente, colocam a ênfase no facto de a emoção implicar uma transformação na relação do sujeito com o mundo através da experiência.

As componentes cognitivas e disposicionais podem ser demonstradas como existentes na confiança. O elemento cognitivo da confiança implica imagens ou projecções do eu e crenças quanto ao futuro. O aspecto disposicional diz respeito às inclinações para agora com base nessa imagens, projecções e crenças.

A confiança pode ser caracteriza como possuindo dois atributos, que se encontram ligados na medida em que são essenciais para a acção. A função da confiança é promover a acção social, fazendo em virtude do seu objecto, o futuro.

Enquanto expectativa segura autoprojectada, pode ser estudada enquanto estado psicológico, mas não surge na mente sem mais nem menos. Antes, assenta numa experiência particular de relações sociais. O sentimento de confiança surge no sujeito de uma relação na qual o participante é alvo de aceitação e de reconhecimento. Quanto maior for o grau de aceitação e reconhecimento recebido por um actor numa dada relação social tanto maior será o sentimento de confiança e mais inclinado se sentirá a participar em interacções futuras.

Esta perspectiva é captada pela noção de energia emocional (Collins), gerada numa pessoa pelo facto de ser aceite com êxito na interacção. Scheff indicou igualmente que quando somos aceites tal e qual nos mostramos normalmente sentimo-nos compensados pelas emoções agradáveis, como por exemplo, o orgulho (apesar de a temporalidade aqui ser o passado). O oposto, a rejeição, levará a emoções mais penosas. Existe, pois um consenso quanto à base relacional da confiança.

Mas se o nível de confiança experimentado por um actor na interacção é afectado pelo tipo de aceitação relacional em que incorre, ele também varia e depende da quantidade e tipo de recursos a que tem acesso.

A questão da temporalidade é de grande importância, como demonstrou Lewin, ao afirmar que quanto mais restrita a perspectiva temporal menos cursos de acção e vice-versa.

Apesar de a maioria das perspectivas sociológicas sobre o tempo encaram-no como contínuo em particular para a sua construção social (exemplo, o pensamento de Elias), a confiança enquanto apreensão emocional do futuro introduz um tempo diferente, nomeadamente a temporalidade ou a diferença entre o passado e o futuro enquanto elemento constitutivo das relações sociais.

A confiança pode então ser tratada do seguinte modo:

- Expectativa segura autoprojectada;
- Promover a acção social;
- Causada por relações de aceitação e reconhecimento;
- o objecto é o futuro;

Nesta perspectiva de temporalidade, trazer para o presente o futuro, declara-se que a razão não traz grande sentido, enquanto cálculo para a acção. Esta caracterização da acção difere pois das caracterizações clássicas, por exemplo, das concepções weberianas.

O medo não é necessariamente uma emoção incapacitante². Este sentimento poderá levar, por exemplo, à compreensão de onde residem os interesses do actor, apontando na direcção do que pode ser feito para os alcançar.

A compreensão convencional consiste em que um défice de poder conduz ao medo, que é experimentado quer como retirada, contestação, fuga ou luta. Por outro lado, também se poderá ter uma ideia do lado oposto da barricada: o medo das elites de perder o poder, que levanta outra possibilidade: as elites podem tentar conter a ameaça que temem. Essa actividade de contenção produz uma inovação e melhoramentos organizacionais – produção de mudança³.

² A visão convencional do medo de que inibe a acção e evita a mudança em vez de a orientar, tem a sua expressão na caracterização clássica de Darwin.

³ Por exemplo, o medo que a elite britânica sentiu do movimento trabalhista durante o período da Primeira Guerra Mundial e no pós-guerra imediato – nos seus esforços para conter a ameaça que temia, a

A importância do medo para a constituição do interesse e para a direcção da acção é praticamente axiomática para uma compreensão do comportamento social.

Weber defendeu que a acção numa dada comunidade política é determinada por motivos muito sólidos de medo e esperança, indicando sucintamente a forma pela qual a avaliação operacional feita pelo actor das circunstâncias presentes pode ser influenciada por expectativas quer de desvantagem dolorosa quer de vantagem agradável.

Se é verdade que medo e esperança se implicam entre si, como referiu Espinosa, afirmando que as expectativas negativas são estruturadas por possibilidades positivas e vice-versa, contudo, os medos e vulnerabilidades do sujeito numa relação, constituem um imperativo para o sujeito considerar as suas opções e um incentivo para efectuar essas mudanças que mais servem os seus interesses.

Consequentemente, o medo é fundamental para se compreender a acção interessada.

Neste ponto, podemos ver explicações de mudança sociopolítica como consequência da acção estimulada pelo medo. Hobbes desenvolveu um estudo sobre as origens do Estado soberano discutindo a natureza e o significado das 'paixões'. Ou seja, o medo nascido de uma vida que é bruta é servido pela razão na inovação institucional na construção original do Estado político. No entanto, embora o conceito de medo tenha um lugar em explicações de mudança social e política, o modo como é discutido em termos dos seus aspectos construtivos nos processos sociais é quase totalmente ignorado, para além do mais que muitas das vezes, e segundo Barbalet, a sua contribuição para a motivação, disposição e comportamento individual é tipicamente descrita como conduzindo a uma retirada.

No entanto, procuramos aqui demonstrar que o oposto pode ocorrer, ou seja, o medo pode ser considerado como uma força positiva e dinâmica nas relações sociais para a inovação e mudança organizacional.

A causa do medo, ou seja, as condições generalizadas em que a emoção é experimentada, deve ser entendida em termos da estrutura das relações em que o medo surge. Por outro lado, o objecto do medo é aquilo para que o sujeito que sente a emoção.

Kemper foi dos poucos teóricos que distingui a causa do objecto do medo. Segundo o autor, as condições estruturais de insuficiência de poder ou excesso de poder

elite política iniciou uma serie de mudanças sociais e políticas. Estas não só reorganizaram o movimento trabalhista como também a própria estrutura do Estado – apaziguando o medo do mundo laboral.

dos outros que dão causalmente origem ao medo. Deste ponto de vista, é possível determinar se se verificará um comportamento de fuga ou luta relativamente ao que Kemper denominou atribuição de actuação, ou seja, a atribuição da responsabilidade pelo facto de o poder insuficiente do sujeito residir nos próprios sujeitos ou no outro.

A crença que a falta de poder do sujeito resulta das suas próprias incapacidades é concomitante com um sentimento de impotência ao qual se encontra associada a fuga como comportamento de medo. Quando o responsável pela insuficiência de poder estrutural do sujeito é o outro, então o comportamento do sujeito em relação ao outro será hostil e provavelmente verificará a luta. Kemper distingue assim entre medo introjectado – subjugação – e medo extrojectado – rebelião.

Temos é de compreender o que constitui a ameaça na formação do medo. A ameaça nem sempre é directa. Scheff afirma que os sujeitos não sentem medo por se sentirem ameaçados; sentem-se ameaçados por sentirem medo.

A mudança é uma fonte potencial de medo, principalmente se associada a um défice de poder, na medida em que os sujeitos não conseguem promover ajustamentos compensatórios ou apaziguadores.

Assim, o objecto do medo é uma perspectiva de resultado negativo. É o medo do que possa vir a acontecer.

Mas há que estar claro que ao invés do que afirma por exemplo, Ortony e Collins, para Barbalet o medo não é reacção mas perspectiva de algo.

Assim, as discussões sobre o medo vão cair, assim como na confiança, na questão da temporalidade, orientada para o futuro.

O medo é pois uma antecipação de uma ameaça ou perigo presentes. Isto equivale a dizer que o medo é uma apreensão emocional do presente como um plano ou local temporais. Assim, o medo está presente na constituição de um presente, um presente de um tipo negativo.

Ideia de medo social – ex. perder o emprego. Mas alargando ainda mais a análise, o medo para além de social (por o seu objecto ser social) é também social no sentido de ser um medo sentido e partilhado por membros de uma colectividade social, nomeadamente grupos.

O termo grupo pode ser utilizado em dois sentidos:

- grupo no sentido distributivo e aspectos relacionais
- grupo estruturais de formações sociais - sentido descrito por Dahrendorf.

O termos grupo social pode ser entendido como uma categoria descritiva aplicada

um conjunto de membros que são semelhantes em termos de meios sociais, incluindo as emoções que sentem.

Depois é a compreensão de grupo como aquele em que a qualidade de membro não é atribuída com base na distribuição de recursos ou atributos sociais, mas que se forma pelas relações existentes entre os seus membros. Estes grupos surgem em condições estruturais partilhadas.

Neste grupo, não é necessário que todos sintam medo do desemprego, por exemplo, semelhante, como no primeiro grupo, na medida em que um grupo formado devido às relações entre os seus membros e não com base nos seus atributos comuns será composto por indivíduos que ocupam posições diferentes em relação uns aos outros. Por isso, é provável que os seus sentimentos individuais sejam distintos. Contudo, na sua relação com cada um deles contribui para os sentimentos do grupo, para a sua formação ou climas emocionais.

As experiências emocionais referidas, são necessariamente colectivas e o conceito de clima emocional encaixa-se.

Os climas emocionais são conjunto de emoções ou sentimentos que não são apenas partilhados por grupos de indivíduos envolvidos em estruturas e processos sociais comuns, mas que também são também significativos no comportamento colectivo. O clima emocional inclui por isso tonalidades e padrões emocionais que diferenciam grupos ou categorias sociais pelo facto de serem partilhados pelos seus membros e pouco susceptíveis de serem partilhados pelos não membros.

Ao funcionar como ponto de referência para sentimentos e sensibilidades relativamente a condições sociais e políticas, bem como a oportunidades e limitações partilhados com outros, os climas emocionais são não só influências sociais no comportamento individual como constituem uma fonte de acção colectiva. Na verdade, os conteúdos dos climas emocionais, para além de identificarem o meio socioemocional de um sujeito, também apontam ou orientam o sujeito contra ou em direcção a, aqueles que se encontram fora desse meio para quem essas emoções podem ser dirigidas.

Ainda sobre a ideia de climas emocionais é que apesar de serem partilhados, a participação individual neles será padronizada e por isso desigual. Os climas emocionais são fenómenos de grupo. Os grupos são estruturados mediante diferenças de papéis, de capacidade, de poder, etc... Daqui se deduz que a experiência emocional de cada membro do grupo que vai contribuir para o clima será não só complementar como também distinta em factores como a diferença de papéis e assimetrias de autoridade.

O medo do desemprego mantém a autoridade do empregador sobre o desempregado. – Instrumento de disciplina. Mas se o medo isola os sujeitos também os pode unir (formação de sindicatos).

O medo leva à acção, executada com a razão, para afastar a sua causa. Por exemplo, o medo do desemprego liga-se à inovação da acção com a formação de sindicatos.

A importância da temporalidade para a estrutura social não é actualmente representada como uma preocupação importante. *“E, no entanto, a categoria da temporalidade encoraja uma integração das teorias da acção social e das emoções que conduza a uma reconceptualização da estrutura social”*(BARBALET:264).

Como é então possível orientar os seres práticos para o tempo e a temporalidade, se não podem sê-lo através da lógica, do raciocínio calculativo, da memória ou das sensações? Uma resposta é: através das emoções.

As emoções de uma pessoa, quando são avaliadas as suas circunstâncias em termos da importância que têm para essa pessoa, fornecem informações sobre as suas relações com os outros, com objectos e com acontecimentos. Ao fazê-lo estão imbuídas de um sentimento de expectativa. Este sentimento resulta da avaliação das circunstâncias com vista à acção que as emoções proporcionam. Uma vez que a informação sobre as circunstâncias dada a uma pessoa pelas suas emoções também é informação sobre o que fazer em relação a essas circunstâncias, a maior parte das emoções integra um elemento de expectativa. A expectativa enquanto apreensão de um futuro possível constitui igualmente uma interpretação do passado: a direcção da acção é condicionada pelo seu ponto de partida e os recursos são-lhe legados por acções anteriores. A expectativa, em termos daquilo que leva um actor a fazer em dada altura, situa também esse actor no presente. É neste sentido, então, que as emoções estão na raiz das apreensões da ordem temporal. De facto, este é o contributo ímpar da emoção para a acção e a actuação; sem ela, as pessoas estariam perdidas no tempo, o passado permaneceria remoto e o futuro inacessível.

Assim, é a apreensão emocional do tempo por um sujeito que constitui a base da acção e lhe confere direcção e forma. A emoção como movimento, é neste sentido, externa ao sujeito que a experiência e integrante do seu ser em consequência de ser

movido por esse sentimento. Essa emoção tem uma fonte exterior ao eu nas suas relações sociais e é experienciada internamente como uma função do ser activo. A emoção está directamente envolvida na transformação pelo actor do seu ambiente e da transformação do actor por este. Um aspecto deste contexto da acção é a ordem temporal, integrando o futuro que o actor compreende e um passado a que o actor recorre e ao fazê-lo expande.

A apreensão do futuro é necessariamente emocional. O movimento de transportar um futuro possível para o presente faz-se através de uma acção esperançosa, temerosa, ansiosa ou segura. O passado é apropriado através de uma acção orgulhosa, deprimida, culposa ou envergonhada.

O eu tem de ser entendido como sendo resultado das acções e do envolvimento no mundo, e não como um objecto da intencionalidade subjectiva em que o projecto de uma pessoa é a construção consciente do seu próprio eu.

Necessidades básicas da sociedade: O caso da Justiça

A inviolabilidade que explica a atribuição dos direitos é a inviolabilidade da necessidade. A satisfação das necessidades é o requisito constitutivo do ser. Uma dessas necessidades é a de Justiça, associada a uma ideia de cooperação, sendo que esta é, “(...) *uma necessidade humana do mesmo nível das necessidades de alimentação e cuidados básicos*”(BARBALET:207).

As violações que provocam emoções que reivindicam um direito básico podem portanto ser vistas como violações da satisfação da necessidade de cooperar com outros seres humanos. As reivindicações dos direitos básicos surgem da ira provocada por rupturas de práticas estabelecidas ou regras de cooperação social, as quais incluem a violação de estatutos. A reivindicação dos direitos surge de uma compreensão de que os eventos de ruptura surgem através de violações de estar em sociedade.

A reivindicação dos direitos é uma consequência da ligação necessária entre as reacções emocionais particulares às violações da posição social, sob condições de fragmentação societal do status.

Assim sendo, o argumento atrás desenvolvido formula quatro proposições básicas: primeiro, a acção social é mais bem compreendida enquanto processo emocional. As emoções são emergentes nos relacionamentos sociais e constituem uma fonte de mudança no seu seio. Segundo, existe uma necessidade humana básica de existência social. As fronteiras do ser social individual são a dimensão das propensões e capacidades do actor social. Para o ser social se sentir seguro, as fronteiras da, e a posição na, actividade colectiva e cooperativa são experimentadas como sendo invioláveis. Estas duas combinam-se para produzir uma terceira, nomeadamente que as violações das condições do ser social geram padrões emocionais que dirigem a acção do actor agravado de forma a restaurar o seu padrão social. As emoções típicas envolvidas nesta acção são o espírito vingativo e o ressentimento que se relacionam respectivamente com o poder e com os aspectos normativos da situação. Finalmente, os princípios da cooperação colectiva e social e a estrutura de posição no seu interior, são historicamente variáveis. Assim, os desencadeadores do espírito de vingança e do ressentimento, bem como das reivindicações dos direitos básicos, serão diferentes sob diferentes condições sociais.

Relação de Confiança e do Medo com a construção identitária – entre o micro e o macro

Emoções, Self e o Outro – Robert C. Solomon, *The Philophopy of Emotions*

Tipos	Tendência	Resultados e Emoções
<i>Poder do Self</i>	>	Segurança e confiança
	<	Medo e ansiedade
<i>Poder do Outro</i>	>	Medo e ansiedade
	<	Segurança
<i>Status do Self</i>	>	Merecido – satisfação Pelo outro - gratidão
	<	Self – vergonha Outro - raiva
<i>Status do Outro</i>	>	Satisfação

	<	Insatisfação
--	---	--------------

3. Relatório metodológico 2002-12-16

1. primeira fase de entrevistas seguiu os seguintes critérios:
 - a) entrevistas a africanos em Chelas (zona J) e europeus de Leste em Moscavide
 - b) apresentação sem apoio de instituições sociais, acabámos por nos centrarmos nos cafés, onde os estrangeiros podem procurar informações e contactos para trabalho.
 - c) Famílias estáveis
 - d) Duas entrevistas: uma primeira abstracta e uma segunda sobre história de vida e justiça.
2. Na prática a bola de neve não se realizou com europeus de Leste
 - a) a desconfiança era muita (ver Carla, excepção Alexandre romeno da Maria que não nos pode atender porque trabalha – operário fixado na EDP)
 - b) a estabilidade profissional e pessoal pouca (reunião familiar era grande preocupação (ver Carla, Alexandre ucraniano)
 - c) trabalho e transportes ocupam grande parte da vida
 - d) constrangimento perante a pergunta sobre justiça comparada – “quer que diga mal do meu país? Ou de Portugal?”
 - e) pouca disponibilidade para fazer balanços de vida (Carla recusou-se nervosamente a falar, depois de afirmar que não tinha pensado em nada. Disse recear que alguma coisa lhe pudesse acontecer a ela ou ao filho por palavras que emitisse; Alexandre ucraniano não respondia pura e simplesmente aos nossos pedidos: preferia ser ele a fazer os pedidos)
 - f) dificuldade de falar e de encontrar formas de exprimir pensamentos complexos.
3. Na prática a bola de neve não se realizou com africanos
 - a) aparentemente mais acessíveis, acabaram por ser menos produtivos
 - b) cultura de não negar nada, mas fazer desistir as pessoas pela inércia
 - c) longevidade da estadia não garante estabilidade das relações sociais, já que a violência e a repressão são já realidades assumidas como omnipresentes
 - d) recusa a falar dos crimes condenados mas não recusa de falar de eventuais crimes não condenados, incluindo violência intrafamiliar com intervenção de autoridades.
4. Nova fase metodológica

Perante a situação de dificuldade de explorar metodologicamente contactos através dos mecanismos informais de procura de emprego doméstico (para mulheres, nos cafés) decidiu-se recentrar a actividade em Chelas (ex-Zona J) desta vez com auxílio de organizações sociais que eventualmente nos permitam atingir famílias com mais possibilidades de realizar as nossas entrevistas.

4. Estratégia metodológica do subprojecto

“Concepções de justiça dos não nacionais em Lisboa”

Quando falamos de prisões, centramos a nossa atenção num espaço institucional e num tipo de actor social específico: a cela e o prisioneiro.

Anormal é um dos adjectivos substantivados que poderemos mobilizar para descrever o que sentimos, mesmo antes de observarmos ou apenas recebermos as descrições das prisões. Espécie de chapéu de todos os preconceitos, naturalização das nossas limitações cognitivas lançadas sob a forma de estigma sobre terceiros.

Não nos lembraríamos da mesma palavra se pensássemos na escola ou no hospital. Embora também aqui o preconceito e a ignorância conformem as práticas sociais. Pensaríamos, como actores principais, os professores e os médicos, profissionais promotores da normalidade, cada um à sua maneira. Ao contrário da prisão, mobilizam-se, nestes casos, o respeito e mesmo a reverência ignara pelos saberes especiais e misteriosos das instituições, manipulados pelos profissionais de serviço social altamente prestigiados. Através de complexos processos de classificação científica e institucionalmente organizados, professores e médicos disciplinam campos de segregação positiva (ou penosa, secreta e transitoriamente negativa). No caso das prisões, a prioridade é dada à segregação negativa. É como um serviço social à sociedade que se encontra fora de muros, à custa da institucionalização de um processo de transição, de reintegração, de ressocialização, aplicado aos condenados, bodes espiatórios de todos os males, e que, para isso, deve garantir-se a penosidade artificialmente,^{4 5} mesmo contra a lei.⁶

Também na prisão há os técnicos de educação, aliás quase todas mulheres.⁷ Mas, sem dúvida, não são personagens principais. Na escola seriam equiparáveis ao pessoal de

⁴ Por vezes as definições científicas são contra intuitivas. Não este o caso desta nossa definição sociológica, que procura antes ser reflexo das práticas concretas em vez da teoria doutrinária. Ela é contra legalista, contra doutrinária, pela simples razão que os códigos jurídicos definem, não raras vezes, os valores e os procedimentos correctos de modo contra-intuitivamente, como forma de controlo social ou como forma de civilizar a sociedade. Elias (1990) refere-se a esses modos de condicionar a vida social, de organizar o processo civilizacional, na ocasião através de normas de boas maneiras, recomendações e não leis em curso de aplicação.

⁵ Não somos favoráveis à desresponsabilização individual dos actos criminosos. Não é a isso que nos referimos nesta última frase. Referimo-nos ao processo social de desresponsabilização individual e colectiva pelos actos criminosos que decorre do sistema de penas como hoje o conhecemos. O condenado, por esse facto, deixa de ser uma pessoa mas sim um culpado, deixou de ser um homem que cometeu um homicídio para ser um assassino oficialmente reconhecido (através do registo criminal). Porque tal violência institucional é irracional e inconsistente com os valores doutrinários e, portanto, com as potencialidades das instituições e dos processos judiciais, pode verificar-se a tendência de tornar a condenação temporária, limitada no tempo, suspensa a partir de determinada situação processualmente identificada. Por exemplo, se se apaga definitivamente o registo criminal referente a certo incidente condenatório. Em termos macro-sociais, esta dupla desresponsabilização reflecte-se, por um lado, no facto de serem principalmente condenadas pessoas das classes sociais inferiores e, por outro lado, na significativa ausência relativa da análise sociológica do campo judicial, como se o campo criminal fosse estanque à sociedade e vice-versa.

⁶ As prisões são sujeitas a regulamentos aplicados de forma administrativa pelas autoridades prisionais, sem que haja uma garantia ainda que só formal dos direitos dos detidos. Doutrinariamente os detidos são portadores dos mesmos direitos dos cidadãos livres, com única excepção da restrição da liberdade física. Isso mesmo é contraditório nos próprios termos e depois não tem consequências práticas na regulamentação prática e menos ainda nos hábitos sociais.

⁷ A generalidade dos presos são do sexo masculino, bem como a generalidade do corpo de guardas.

secretaria e no hospital ao pessoal de enfermagem. Os protagonistas da prisão são os guardas prisionais, talvez com menos formação escolar mas, com certeza, com mais poder. Com um poder que pode ser de vida ou de morte.⁸ E é principalmente isso que conta na prisão e na cela. É praticamente tudo o que conta na cela: a sobrevivência ao poder judicial do Estado, delegado em grande parte, no quotidiano, no guarda, vagamente controlado por regras, fortemente agarrado, defensiva e ofensivamente, aos interesses corporativos e à economia paralela, actualmente particularmente próspera dentro das prisões.

O guarda, em certo sentido, também recebe do Estado a autorização tácita de representação do povo. Aquilo que as prisões impedem o povo vítima de fazer contra os arguidos, podem muito bem fazer os polícias e os guardas, à sombra de salas fechadas, de impunidades corporativas, de cumplicidades políticas, com aprovação incondicional de uma parte da população, mas felizmente também com resistências de movimentos sociais pelos Direitos Humanos que perseguem tais práticas pelo mundo inteiro. Não consta que haja país com prisões livres destes problemas.

Isso pode ser institucionalmente explorado como justificação dos respectivos *status quo*, remetendo para a cultura popular a inelutabilidade cultural da pena de morte ou da organização de processos judiciais parciais. Numa versão mais elaborada, remetendo para a falta de formação dos funcionários o desrespeito, na prática, das leis superiores produzidas pela elite, como se esta última estivesse impotente perante os processos sociais automáticos que não controla. Esta última forma de desresponsabilização institucional tem a “vantagem” de explicar também como é que os diferentes e reforçados processos de observação e inspecção das realidades prisionais, nacionais e internacionais, acabam por não ter efeito: falta informação, falta formação, isto é, é preciso dinheiro, efectivamente muito dinheiro, cada vez mais dinheiro, para manter em funcionamento os sistemas prisionais. Nesse sentido a questão política parece colocar-se entre o problema da limitação económica dos recursos e a extraordinária ineficácia dos efeitos dos reforçados serviços de auditoria especializados em prisões.

Nas sociedades em que há pena de morte, os carrascos são parte do corpo de segurança das prisões. Onde não haja pena de morte, ainda assim, o símbolo negativo do poder dos carrascos, descrito no jargão empresarial como trabalho sujo, está associado, com maior ou menor intensidade, a esses profissionais. Disso mesmo é consequência o silêncio dos guardas prisionais em Portugal, que simplesmente se recusam a aceitar falar sobre as suas vidas profissionais para a comunicação social ou para investigadores de ciências sociais. Os guardas são protegidos judicial e institucionalmente nos seus erros e excessos. Mas sofrem, através da fama com que ficam e pelo desprezo que as elites que os tutelam lhes dedicam, a renegação social: “César não paga a traidores”, parecem querer dizer as sociedades de cada vez que os excessos são denunciados, sem nunca pensarem em prescindir dos seus serviços.

Explorar este filão, por muito aliciante que seja para a arte do entretenimento ou até para a literatura, porque através de enredos prisionais é possível revelar a humanidade ao mesmo tempo grotesca e espiritual das pessoas, é problemático para as ciências sociais. Provam-no as hesitações e as suspensões da teoria social quando se aproxima das prisões, de que falamos noutros trabalhos. É como se a ciência, ao bulir com um campo de forças extraordinariamente tenso, fosse catapultada intramuros, prisioneira de lógicas institucionais ou contra-institucionais, num ambiente desfocado ou, pelo menos,

⁸ Não nos referimos apenas aos homicídios que acontecem nas prisões. Referimo-nos ao controlo ao acesso aos cuidados de saúde, aos incentivos ao suicídio ou à violência, à manipulação de familiares e amigos, ao controlo da correspondência e das comunicações com o exterior, às informações sobre o “bom comportamento” que podem ter consequências práticas no regime de detenção ou na libertação.

difícil de se deixar focar pelos instrumentos que funcionam regularmente no exterior. Encontramo-nos, estudiosos, num campo de realidade parecido com a casa dos espelhos dos parques de diversões. Para se entenderem os seus reflexos há primeiro que analisar as superfícies espelhadas.

O projecto que apresentamos procura evitar, sem fugir, o campo de forças prisional, a que no plano teórico poderíamos chamar espírito carcerário.⁹ Nesse sentido recorreremos à concepção tripartida de níveis de realidade social que nos permite separar os “ambientes” sociais superiores, que enquadram determinada realidade de referência (neste caso institucional), dos respectivos “mecanismos” sociais inferiores ou hábitos.¹⁰ A cada esforço de concentração do olhar sociológico corresponderá, necessariamente, um campo de nível superior, que se relaciona com as realidades que queremos estudar de certa maneira, e um campo de nível inferior, que emerge de determinadas maneiras no nosso campo de análise. No nosso caso, além das vidas na prisão, sobre as quais se debruça a nossa principal atenção, haveria que estudar “ambientes” e “mecanismos” da prisão. As relações entre a existência das prisões e as vidas fora das prisões (a prisão concebida como mecanismo do ambiente que a banha e a sociedade como investidora, mobilizadora e sofredora dos serviços prisionais). O modo como as prisões (como “ambiente”) condicionam os modos de vida possíveis nas cadeias, e o modo como as práticas e as técnicas de relação com os objectos, os valores e as pessoas dentro das prisões (como “mecanismos”) fazem emergir as vidas prisionais de acordo ou contra os regulamentos e as intenções das autoridades.

A propósito da sociologia da ciência, José Madureira Pinto defendeu o que chamou metodologia reformista.¹¹ Referia-se, para sustentar a sua ideia, ao facto de a sociologia da “ciência tal e qual se faz” ignorar as técnicas instrumentais dos cientistas como objecto de análise. Na linguagem de Brante (2000), os mecanismos sociais referidos ao nível de análise dominante na sociologia da “ciência tal e qual se faz” não são objectivos de análise porque são considerados outro nível de realidade, quais caixas prestas. Porém, diria Madureira Pinto, esses instrumentos são a materialização das condições e possibilidades teóricas mais abstractas da ciência tal e qual se faz. São a sua objectivação mais sintética e potencialmente poderosa. Sendo susceptível de análise, muitas lições se poderão daí esperar. Entusiasmou-o a possibilidade de contribuir para a crítica das práticas tecnológicas das ciências e tirar disso consequências positivas, construtivas, reformistas, para o desenvolvimento da própria ciência.¹²

No caso dos não-nacionais presos são conhecidas especificidades que poderiam ilustrar o tipo de trabalho assim proposto. Há uma percentagem de estrangeiros em Portugal da ordem dos 5%, uma taxa na população activa de 10% e uma presença nas prisões de 17%. Notícias vindas a pública dão informações sobre o crescimento de 30%, entre 2002 e 2003, dos registos de polícia sobre incidentes penais com estrangeiros.¹³ Uma

⁹ É uma referência ao nosso estudo conceptual sobre estados de espírito.

¹⁰ Cf. Brante 2000.

¹¹ Numa conferência “O Trabalho das Ciências - Contributos para uma Epistemologia Reformista”, Lisboa, ISCTE, 12 Jan. 2004.

¹² Deu dois exemplos para o caso das Ciências Sociais: a vantagem de serem os investigadores mais treinados a serem os operadores de técnicas intensivas de investigação, e não os juniores, pior preparados e, por isso, com menos competências instrumentais; a vantagem de estabelecer formas de colaboração entre as instituições de planeamento estatal e de produção de informação social e os centros de investigação e os especialistas científicos mobilizadores desse tipo de informação.

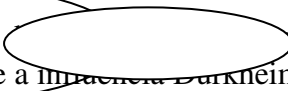
¹³ A ênfase dessas notícias mereceram, de resto reacção do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, em comunicado com o título: “Presos estrangeiros em Portugal”, publicado em 05-01-2004. Sentiu necessidade de afirmar, nomeadamente, “Importantes estudos realizados em 17 países da

vez na prisão, não tem acesso a todos os direitos legais dos nacionais portugueses e têm tipos de condenações que só a eles se aplicam. Para além disso há queixas de discriminação processual e interpretativa contra os estrangeiros, em particular quanto às dificuldades – que em geral já são grandes – de acesso a meios de defesa e ao uso das medidas de pena acessórias.¹⁴ Inventariar as discriminações, os modos como elas estão implementadas, como condicionam a vida dos não-nacionais nas prisões e como estas vidas condicionam as outras, seriam óptimos objectos de estudo. Mas não foi esta a nossa opção, no caso vertente.

Duvido que estejamos a desenvolver uma metodologia revolucionária, mas a nossa opção, neste trabalho, foi no sentido inverso de Madureira Pinto. Esperemos que nem por isso sejamos menos potencialmente produtivos. Vamos investigar o meio ambiente que envolve o nosso foco principal de atenção: as prisões dos não-nacionais. Prosseguindo o raciocínio, se entendermos a prisão *a la* Foucault, como uma tecnologia de poder, a sua utilização varia de país para país, de estabelecimento prisional para estabelecimento prisional, e isso está delimitado, nalguma medida, pelo contexto mais geral, extra-institucional, pelo ambiente social que exista. O presente estudo procura contribuir para identificar algumas características do ambiente social que envolve a prisão de não-nacionais, ao mesmo tempo, testar a capacidade da teoria social se desenvolver desse modo e apreciar o valor desse esforço.

Interessa-nos, sobre tudo, procurar elementos susceptíveis de informarem o modo como as prisões afectam o quotidiano – de forma consciente ou inconsciente, explícita ou implícita, de forma material ou simbólica, de forma coersiva ou social, em particular no caso dos não nacionais. Partimos do princípio que os não-nacionais não têm competências nem capacidades de influenciar, a partir do fora, o que se passe nas prisões e que há que distinguir não-nacionais de classes sociais com acesso a recursos de auto-subsistência assegurados e os não-nacionais de classes sociais que vivem sob o espectro quotidiano da p

Classes Criminalizadas

Evidentemente, tal investigação pressupõe todo um  precisa ser feito, que não será apresentado aqui.¹⁵ Todavia, é evidente a influência ~~marxista~~ *marxista*, quando acompanhamos este autor na sua valorização, praticamente sem *feed-back*, da influência das instituições sociais sobre as práticas aparentes dos indivíduos e as representações morais, sociais, que delas tenham. A influência marxista também pode ser identificada. A ideologia dominante, instrumentalmente concretizada de forma jurídica na selecção classista dos presos, embora anuncie a igualdade formal, pratica a desigualdade prática. Essa desigualdade será, desse ponto de vista, sobretudo de classe, mas tenderá a agravar-se, eventualmente, consoante o estatuto nacional das pessoas e o ambiente mais ou menos zenófobo e racista que possa existir na sociedade, nas forças de segurança e de justiça, nas prisões.¹⁶

Europa, nos últimos anos, «Migração e Integração Social dos Imigrantes», desenvolvido no âmbito do programa europeu Targeted Socio Economic Research (TSER) - evidenciaram com suporte científico não ser possível correlacionar a presença dos imigrantes com o aumento de criminalidade.”

¹⁴ Recentemente as medidas acessórias de expulsão de estrangeiros foi objecto de análise pela Provedoria de Justiça e registou-se, nessa ocasião, um movimento rectificativo da interpretação comum nos tribunais, que foi considerada inconstitucional e envolveu inclusivamente o Presidente da República, que usou os seus poderes para anular algumas dessas penas judicialmente decretadas no quadro dos perdões de Natal e Fim do Ano.

¹⁵ A forma mais prática de ter acesso aos nossos esforços para lidar com isso poder ser lido no site pessoal <http://home.iscte.pt/~apad>.

¹⁶ Uma tarefa deste programa de pesquisa será, noutra ocasião, contar os membros não-nacionais das diversas classes sociais relevantes e verificar em que medida as taxas de encarceramento, que sabemos

Evitando maiores desenvolvimentos, bastar-nos-á, para o efeito desejado, que nos refiramos aqui aos três níveis de análise que iremos considerar teoricamente neste estudo, a saber: o nível socio-económico ou *habitus* ou hábitos sociais, o nível dos sistemas racionais e de argumentação pública ou da moral social, o nível das disposições para a acção e das ideologias.¹⁷

O que queremos pesquisar é o modo como cada um desses nível sociais é afectado, no caso dos não-nacionais, pelas experiências sociais directamente relacionadas com o sistema prisional. Para isso, deveremos recorrer a metodologias especificamente desenhadas para captar cada um desses níveis. Em termos gerais, a observação e os inquéritos extensivos seriam as metodologias mais apropriadas para captarem os hábitos sociais, a análise do discurso dos não-nacionais mais adaptada para revelar os sistemas de razões que mobilizam, a investigação-acção ou a avaliação mais ajustadas à compreensão do sentido das acções colectivas e individuais.

Na prática, decidimos começar por estudar diversos aspectos do nível intermédio, do nível do discurso cujo valor simbólico sinaliza, ao mesmo tempo, os interesses sociais e as intenções de quem os produz. Pensámos em chegar à fala com não-nacionais residentes em Lisboa e provocá-los para que falem de um tema: “justiça”. A palavra é um instrumento técnico que materializa o *habitus* e se projecta (ou não) virtualmente nas expectativas de futuro, mobilizando para o efeito as representações desenvolvidas sobre o presente.

Conhecem-se razões para que as palavras tenham sentidos diversos consoante o ambiente em que são jogadas e as relações entre as entidades sociais em jogo. Sabemos que à exuberância ilusionista da palavra das classes dominantes corresponde a dificuldade de uso das palavras para exprimir ideias, com rigor, por parte dos populares. Isso resulta da diversidade de oportunidades para o exercício da língua e para a prática da vida institucional, mas também porque os sistemas linguísticos e de razões não são neutros: conformam e reproduzem sistemas de relações sociais desequilibrados, mais ou menos estáveis, mais ou menos implícitas.

Ao ponto de o silêncio poder ser considerado uma forma de resistência, um modo de informar a submissão forçada, guardando a surpresa da resignação ou da ... (será por acaso que não há esta palavra) contra-acção para tempos outros, fora do quadro pacificado da interacção entre o investigador e o investigado.¹⁸

As palavras dos presos sobre a sua vida nas prisões são fáceis de obter, demonstra-nos a experiência, quando os apanhamos numa fase da vida em que essa experiência lhes é muito viva. Durante o período de encarceramento ou pouco depois da libertação. Mas são palavras sobre a experiência prisional no sentido estrito e não no sentido que nos interessa. A difusão social de efeitos práticos decorrentes da existência de prisões não é evidente. Nem para quem os observa nem para quem é protagonista. Mas é uma tese sociológica bem clássica e bem influente, de inspiração durkheimiana, afirmar-se que o criminoso não é único senhor dos seus actos. Eles são, nalguma medida, necessariamente decorrentes da formação social que o ensinou, ao criminoso e a toda uma classe de gente, a agir de forma negativa. Conscientes disso mesmo, tantas vezes para efeito mediático, muito mais vezes para efeitos judiciais, os presos, os condenados,

serem ainda mais violentas no caso dos não nacionais, cerca de três vezes mais violentas, são equitativamente distribuídas por todos os estrangeiros ou são carregadas apenas por uma parte deles, as classes mais baixas.

¹⁷ Estes três níveis de análise decorrem da definição de estados-de-espírito em que sustentamos as nossas reflexões teóricas, cf. bibliografia própria.

¹⁸ Nesse sentido distingimos o nível analítico da disposição para a acção ou das ideologias (sistemas de orientação da acção colectiva), a que não procuraremos aceder, desta vez.

os delinquentes ou os ditos pré-delinquentes, sabem que podem procurar desculpar-se através de sociologismos,¹⁹ que o pesquisador se arrisca a recolher também, como forma de apresentação da sua pessoa.

Será que no meio social de onde são recrutados os detidos não-nacionais, o silêncio também só é rompido pela emergência de discursos de (des)culpabilização? Será que a experiência pessoal, familiar ou próxima da prisão tem algo a ver com esse silenciamento ou com os tipos de discurso que pode ser registado?

Tememos que o efeito silenciador fosse tão forte que, ao verificá-lo, ficássemos inibidos de outras informações eventualmente relevantes. Para o evitar, decidimos ensaiar o método biográfico. Procuraríamos beneficiar do efeito de protagonismo suscitado pelo olhar reflexivo sobre si próprio, que tem feito o sucesso dos *reality shows*, aparentemente por desenvolver o desbocamento de populares perante a promessa de difusão televisiva, na qualidade de famosos.

O pretexto: a justiça. Embora o nosso objectivo seja trabalhar a sociologia das prisões, afirmá-lo ao nosso colaborador informante teria, com certeza, um efeito condicionador inevitável e já conhecido. A negação de responsabilidades ou, às vezes ao mesmo tempo, a contra condenação do sistema. Sempre uma atitude defensiva, mesmo quando simula ser ofensiva. Falar de justiça, valores e poderes, dar-nos-ia mais margem de manobra e sempre se poderia verificar quais ou quantos, e como, os informantes se referiam à existência de prisões, à vida no seu interior e às influências que esses conhecimentos e representações tenham na vida quotidiana ou nas intenções de acção social – sempre sem a nossa iniciativa.

Significativamente, não foi possível desenvolver tal estratégia, porque as pessoas que aceitaram ser entrevistadas, embora se sentissem motivadas – de outro modo teriam declinado, como tantos outros – jamais aceitaram falar do seu trajecto de vida de modo a que o pudessem entender ou registar. Fomos obrigados a transformar a nossa técnica de investigação em séries de duas entrevistas não-directivas.²⁰ Justiça em abstracto (numa primeira entrevista) e justiça em concreto, através de experiências concretas, vividas directa ou indirectamente, que pudessem ilustrar ou, quem sabe, criticar, as noções mais abstractas apresentadas na primeira entrevista (recolha numa segunda entrevista com uma semana de diferença).

Bibliografia

Brante, Thomas, “Consequences of Realism for Sociological Theory-Building”, manuscrito, 2000.

Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional*, (Vol I e II), Lisboa, D. Quixote, (1.^a edição alemã de 1939), 1990.

¹⁹ Por sociologismos entendemos a referência a alegados percursos sociais fragilizadores ou traumatizantes ou a papeis de recuperação social previstos nos programas de reintegração social.

²⁰ No plano inicial, tínhamos imaginado ser possível desenvolver a participação de famílias inteiras na tarefa biográfica, como aconteceu noutras experiências com gente desfavorecida, a partir das escolas (Benavente e alt, 198??). A realidade, como sempre, impôs-nos as suas regras.

5. Comunidade imigrante

Tem-se a ideia, eventualmente correcta, de que os crimes cometidos por pobres e estrangeiros – ao contrário dos crimes cometidos por nacionais portugueses, não ciganos nem negros – são frequentemente entendidos socialmente como sinais de perigo e podem causar alertas irracionais, motivos de tensão social sem controlo, principalmente nos meios populares onde se movimentam os estrangeiros pobres. A responsabilidade cívica, política e profissional dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social leva-os a evitarem pôr-se em posição de poderem ser acusados de serem causadores de episódios de violência racial ou de aumento generalizado da discriminação social dos estrangeiros. Porém, tem-se verificado a exploração dos sentimentos de insegurança para fins práticos, em especial durante as campanhas eleitorais, de uma forma mais sistemática no caso dos partidos populistas, mas também noutros partidos, geralmente associada à “solução” de aumento de penas de prisões.

As teorias criminológicas do senso comum balançam entre os extremos da compreensão sociológica e a arma proibicionista, só aparentemente contraditórias. As esquerdas políticas, sem deixarem de reconhecer a tendência dos estrangeiros a cometerem crimes, reclamam para com eles um esforço social de educação e de integração. Numa palavra, uma atitude positiva. As direitas políticas preferem não investir em expectativas de longo prazo ou de aprofundamento da empatia social relativamente aos estrangeiros. Preferem concentrar-se na urgência de resolver os problemas imediatos de segurança, mobilizando prioritariamente as forças policiais e poupando nas forças de animação social ou cultural, que lhes parecem um favor imerecido de que beneficiam principalmente os maus pobres. Os bons pobres, esses, não precisam de se reabilitar: estão satisfeitos com as oportunidades que tiveram, mesmo que não as tenham tido.

Parte-se do princípio, doutrinariamente desejável mas empiricamente falso, de que todos os residentes em Portugal têm as mesmas oportunidades de serem criminosos. Confrontados com a desigualdade dos dados empíricos, a explicação passa a ser como segue: os pobres (em especial os pobres e estrangeiros) são tendencialmente mais atreitos a cometerem crimes do que as restantes camadas da população. Como quem diz, a inveja é um sentimento humano bastante distribuído e causa de intenções agressivas. As possibilidades de acesso à propriedade e de consumo são terapias sociais susceptíveis de compensar a inveja e, portanto, de minimizar as intenções agressivas.²¹ Por outro lado, quem tenha mais possibilidades social e económicas, tem mais a perder com uma eventual condenação judicial do que quem, não tendo recursos para competir economicamente, acaba por ter um quotidiano tão limitado que a restrição da liberdade (a que as penas de prisão obrigam) pode não constituir nenhum abaixamento objectivo ou simbólico do nível de vida.

As prisões, costuma dizer-se, para essa gente (leia-se, a generalidade dos presos, isto é pobres) são hotéis de cinco estrelas. Os reclusos não são obrigados a trabalhar nem são admissíveis torturas contra eles, mas são alimentados. Para alguns, a vida na prisão pode até parecer uma promoção na vida, o que pode ser comprovado pelo facto de haver quem, uma vez finda a pena, insista em querer continuar a viver na prisão.²²

²¹ Sobre a ideologia anti-violenta fundadora do capitalismo ler Hirschman 1997.

²² Diz-se serem vítimas da doença da institucionalização, isto é uma dificuldade radical em reemergir de um quadro de vida concentracionário para um quadro de vida liberal, associada a uma vontade de não enfrentar o processo de transição, espécie de exercício de descompressão externa e compressão interna, correspondente à saída de uma prisão.

O mesmo cenário prisional passa a ser dramático quando o preso é alguém de outra condição. Nesse caso, podem mesmo medir-se economicamente os prejuízos causados pela inatividade e tornam-se compreensíveis, para o senso-comum, as contra-indicações das penas de prisão: custam dinheiro ao Estado, diminuem o rendimento nacional, pressionam o sistema judicial a não falhar nas suas decisões de condenação, mas principalmente de prisão preventiva ou outras instituições mais agressivas para os direitos dos seres humanos idealizados pela modernidade. Para além do mais, mesmo que tenha existido crime, por um lado não é provável, em muitos casos, que se reunam outra vez as condições excepcionais que levaram a pessoa (com provas regulares de bom comportamento social anterior) a cometer outro crime e, por outro lado, há crimes que são tão recorrentes que, por isso, pode questionar-se como e porquê foi precisamente escolhida para ser condenada aquela pessoa singular? Que maquinação a tramou? Quem teve interesses em paralisar a acção social do detido?

Aos estrangeiros pobres não são reconhecidos interesses legítimos, a não ser os de trabalharem nas condições que lhes oferecerem, para as empresas que possam estar interessadas. Funciona com o mesmo espírito que faz o sargento da tropa: há um sentimento de profunda e perversa empatia entre o abusador e o abusado, que se pode reproduzir, de geração em geração, como valor do amor à disciplina de sobrevivência e entrega pessoais a uma causa misteriosa e superior, isto é, manipulável por quem possa ser considerado socialmente superior.

Chamemos-lhe espírito proibicionista²³ e caracterizemo-lo brevemente como a postura atitudinal humana de imposição de valores habituais pelo constrangimento e condicionamento físicos. É o espírito que os pais usam para habituar os filhos a comportarem-se de modo que lhes seja satisfatório, sem, ou pelo menos antes, de qualquer tipo de explicação ou de esforço de organização intencional das atitudes. Simbolicamente, a chapada pedagógica na altura certa. Toda a ideologia paternalista vai glosar a figura do pai severo mas amado como símbolo da perfeição proibicionista. Os sentimentos de superioridade e de subordinação fundem-se dialéctica e simbioticamente nas figurações sociais proibicionistas. O poder é imaginado como uma coisa descendente, como um estado, como uma graça, de que poderá ser delegada alguma parcela para níveis inferiores na condição de nunca se perscrutar o que se passa em cima ou questionar quem nos oferece poder. Fazê-lo será um desafio, apenas aceitável dentro da mesma linha hierárquica. Fora dela, toda a hierarquia será chamada a esmagar quem quebrar a primeira regra de disciplina: obedecer sem pensar.

O poder terá, nesta concepção vulgarizada,²⁴ sentido único. O poder é distribuído segundo o princípio da subsidiaridade. Quer dizer: quem está no local está em melhores condições de realizar os objectivos definidos. Isto é: cada nível de intervenção deve ser autónomo entre si e verticalmente solidário, sem prejuízo dos aproveitamentos locais em proveito próprio que se possam admitir, explorando a hierarquização através de sistemas de tolerância ou de sistemas de interesse mútuo. Aquilo a que pejorativamente se chama conspiração é, afinal, a expressão do desejo de opacidade das relações informais, por forma a simplificar a validação e a legitimação das estruturas doutrinárias e formais mais simples e mecânicas. A conspiração²⁵ refere-se à privatização do poder,

²³ O autor tem vindo a desenvolver uma teorização sociológica sobre a utilidade do conceito de estado-de-espírito, de que o espírito proibicionista é um dos estados já identificados. Cf. Dores ??

²⁴ O mesmo foi constatado por Simmel, que classicamente procurou contrariar o senso comum identificando algumas características de reciprocidade da subordinação e da superioridade.

²⁵ Sobre o assunto ler Dores conspiraçã??

que não é suposto ser exposta num mundo em que “o segredo é a alma do negócio” e a livre iniciativa apenas admite tutela reguladora *a posteriori*.²⁶

O estrutural-funcionalismo estabeleceu como padrão de avaliação sociológica dos múltiplos desempenhos sociais possíveis os objectivos institucionais. Tais objectivos são definidos estrategicamente, no topo da hierarquia, pelos indivíduos mais poderosos. Não são inspirados por deuses, como no Antigo Regime, mas antes pelo Interesse (ou, às vezes, pela Ciência, como é o caso das indústrias farmacêutica e das energias), que depois se desmultiplica para níveis inferiores, de modo a que resulte, logo que possível, nas realizações positivamente desejadas. Com o mínimo de atrito, com um mínimo de desperdício, mas, como diria Durkheim, também com um mínimo de anomia capaz de “olear”, da melhor maneira (aqui está a subsidiaridade), os mecanismos sociais, empresariais e burocráticos.

Os fenómenos de economias e sociedades paralelas, de que eufemisticamente se costuma falar, e que são vulgarmente associadas ao que se chama mundo do crime, são como que excluídos, tornados opacos, não apenas pelo senso comum mas também pela teoria social.²⁷ A ideologia dominante, que compatibiliza a liberdade de iniciativa empresarial para uns, a deontologia profissional para outros e o controlo social para os restantes, num quadro legal imaginado como igualitário, contraditório com a organização de Ordens sociais própria dos regimes pré-capitalistas, não tem oposição no campo científico.²⁸ Por isso, tal como o senso comum, também a teoria social está disposta a conceber a sociedade sem prisões e sem estrangeiros.

Não são os muros penitenciários ou os bilhetes de identidade que fazem o isolamento social de presos e imigrantes. São a nossa indiferença social organizada e legitimada política e cientificamente, mais os mecanismos de controlo social, que apenas se aplicam a quem não tem poder, e que nos fazem sentir tranquilos sempre que pensamos os presos e os imigrantes como pobres, mas logo nos surpreendemos e inquietamos quando uns ou outros nos surgem na frente como pertencendo a outros extractos sociais. Foi assim com os presos notáveis dos raros processos criminais contra gente da “alta” em Portugal (como acontece noutras partes do Mundo) e foi assim com os dentistas brasileiros ou com os licenciados vindos dos países da Europa de Leste.

É por isso que grande parte da literatura penitenciária tem um carácter antropológico, de denúncia e anúncio de que quem está preso é humano, tem família, sentimentos, arte e vontade. Vontade de participar na sociedade livre de pleno direito. Vontade de ser solidário e de receber solidariedade de quem os possa aceitar. E isso produz no leitor um sentimento de solidariedade, de empatia, de proximidade, que toca mesmo aos torcionários, como dizia um poema de Chico Buarque de Holanda. Como diria Goffman, além dos normais e dos anormais estigmatizados há um terceiro grupo de pessoas (a que simbolicamente chamou “informados”) que fazem a mediação. São pessoas normais (sem estigma) que se disponibilizam para não levar a sério nem a ideologia dominante nem as teorias sociais comuns e aceitam comunicar com os estigmatizados como se fossem iguais. São o protótipo do que, na religião católica,

²⁶ Referimo-nos a um dos princípios doutrinários dos regimes de Estado de Direito.

²⁷ Noutros trabalhos procuramos defender a tese de que a sociologia se auto-limitou na análise dos fenómenos da modernidade, excluindo do seu campo de análise, todavia presente nas análises clássicas, os modos violentos de sociabilidade. Cf. *Dores espírito moderno??*

²⁸ A oposição ideológica entre liberdade e igualdade, entre capitalismo e socialismo, durante o fundamental do século XX, relevou para segundo plano do debate os programas igualitários e libertários, culturalizados – por exemplo, pelas juventudes dos anos sessenta – mas não incorporados nos seres e na vida social pós-moderna. A consciência actual da falta de razoabilidade das liberdades e das igualdades absolutas, mesmo numa sociedade mais perfeita que possa vir a existir, tende a relegar para fora dos hábitos e das intenções sociais os discursos respectivos, assim esvaziados de sentido e de audiências.

estamos habituados a considerar santos, pessoas sem interesses materiais e disponíveis para incorporarem a maldade do mundo, expressa de forma radical pela pobreza e pela exclusão, de forma voluntária e solidária, sem questionarem directamente os poderes estabelecidos.

Tal e qual como numa batalha ou numa guerra as partes em litígio procuram respeitar aqueles suficientemente poderosos para se declarem neutrais – países, organizações humanitárias – na condição de suspenderem qualquer intenção de interferência na luta, também em sociedade se admite e verifica a existência do mesmo estatuto. Para a história, como para a teoria social, muitas vezes fica apenas a saga dos vencedores, sendo os vencidos e os neutrais reduzidos na sua existência ao ponto de serem sujeitos ao manto do injustificável em termos de normalidade.

É nossa vontade trabalhar para evitar os erros conceptuais que procurámos identificar e cujos perigos para a construção Europeia estão assinalados. Nesse sentido, decidimos procurar efeitos sociais da existência das prisões não junto dos reclusos ou dos guardas, em quem tais efeitos serão mais óbvios mas, ao mesmo tempo, mais directamente controlados (e controláveis) institucionalmente, mas nas comunidades que por elas mais são afectadas, no caso deste estudo, as comunidades de imigrantes pobres de Lisboa, nos primeiros anos do novo século.

Quisemos fugir dos programas de tipificação de perfis socio-psicológico dos delinquentes, conscientes que muitos delinquentes, os mais eficazes, não se encontram presos nem disponíveis para colaborar em tais exercícios, e que tais perfis acabam por confundir os delinquentes com pessoas que não o foram mas que vivem em condições socio-económicas e culturais semelhantes.²⁹

Ao contrário do que possa parecer àqueles que presumam que uma boa acção policial resolve e previne os crimes, o crime pode aumentar na mesma altura em que aumenta a quantidade ou qualidade da intervenção policial.³⁰

Está calculado, para Portugal no final do século passado, terem acontecido 4 vezes mais crimes, de facto, do que o número das queixas apresentadas à polícia.³¹ Quando se comparam as queixas na polícia e as queixas aos inquéritos de vitimação notar-se-á que são as classes mais altas que mais vão às esquadras de polícia apresentar queixas, embora sejam os pobres, que habitam os mesmos bairros populares onde habitam os condenados, quem mais se queixa nos inquéritos de vitimação.³²

Naturalmente, o relacionamento das diferentes classes de pessoas com a polícia é sintomaticamente diverso. Pode dizer-se, sem risco de desmentido, ser fácil entender, através da simples observação do tipo de reacções de uns e outros, quem considera a

²⁹ Esta prática metodológica recorrente implica que, qualquer que seja o resultado do estudo empírico, um resultado está sempre garantido: a tautologia que identifica criminosos com pobres, confirmando e justificando a selecção social que as instituições organizam através dos processos de investigação policial e de julgamento judicial, relacionando o perfil social dos condenados com o perfil dos que possam cometer crimes. Nestes termos, o perfil traçado, seja ele qual for, será sempre entendido como uma acusação (como um preconceito validado cientificamente) contra todos os grupos sociais que socializaram os condenados, independentemente de serem mais vítimas ou mais agressores, trabalhadores ou arregimentados pelos grupos criminais.

³⁰ À volta deste tema ler Young ??

³¹ Cf. Boaventura Sousa Santos ??

³² Dada a tensão social que o crime provoca, não podem deixar de interpretar-se estes resultados como, em parte, resultado da maior relutância das vítimas residentes em bairros considerados problemáticos, pelas polícias, de se queixarem nas esquadras. Questões de confiança. Por outra parte, as declarações de crime podem tender a ser mais utilizadas (como queixa simbólica) pelos mais pobres e as não declarações de crime como símbolo de perdão, pelos mais poderosos. De acordo com a conjuntura e a qualidade dos dados produzidos, assim os diferentes resultados devem ser lidos, estudados e complementados.

polícia uma instituição de defesa social e quem a considera um ataque organizado aos respectivos interesses.³³

Levados pela fama de um filme, decidimos estabelecer um plano de inquérito na Zona J de Chelas, em Lisboa, onde, como noutras periferias de outras grandes cidades modernas, esperaríamos encontrar imigrantes das três origens que iríamos privilegiar: africanos, brasileiros e de Leste da Europa. Planeámos pesquisar simultaneamente a inserção familiar e a participação comunitária dos entrevistados. Isso poria em questão a imagem de isolamento (metodologicamente) reforçado com que nos é geralmente apresentada a figura social individualizada do preso, em seu descrédito, acreditamos,³⁴ em reforço do estigma social que afecta essa parte da população.

Primeira verificação prática: a Zona J deixou de existir. Chelas ocupa uma vasta área de recente urbanização entre os Olivais e Xabregas, descendo na direcção Nascente sobre o rio Tejo. Foi dividida por núcleos habitacionais, separados entre si pelas infraestruturas de acessibilidades rodoviárias. À falta de toponímia tradicional, esmagada pelo modernismo da intervenção urbana, deram-se o nome de “zonas” seguido de uma letra do alfabeto aos diversos grupos de construção. Tais nomes constam dos sinais de trânsito das novas estradas. As indicações para a Zona J, depois do sucesso do filme, feito com actores locais e problemas supostamente locais, desapareceram e não foram substituídas, por iniciativa e insistência dos moradores, incomodados com a projecção das imagens fílmicas de jovens de várias cores, delinquentes e marginais, sobre todo o conglomerado.

Como acontece no caso do caracol, ao contrário do que, na nossa ingenuidade de investigadores, pensámos, a escolha da Zona J confrontou-nos não com uma maior exposição de fenómenos exóticos, mas precisamente o inverso. Exposta na sua alegada intimidade, a Zona J tornou-se ainda mais pública e retraída, pelo menos ao nível da toponímia. Indefesa, na distribuição comercial da sua nova identidade estética, restou-lhe o poder de impor discricção máxima, para não se auto-incriminar, como diria qualquer argumentista de um filme policial norte americano. E assim permaneceu, calada para nós, a Zona J, durante as semanas em que procurámos encontrar algum sentido empírico para usar a noção de comunidade, de que vínhamos armados. Sem sucesso.

Se a Zona J foi capaz de silenciar os letreiros estradais, é porque existe. Dela, da existência da Zona J, porém, não temos a possibilidade de dar testemunho científico. Mesmo das comunidades imigrantes não sinais evidentes, já que as pessoas trabalham desde cedo até tarde, seis ou sete dias por semana. Há cerimónias religiosas ao fim-de-semana que juntam comunidades religiosas, especialmente de imigrantes de Leste. Há também trabalhadores sociais que podem ter contactos com os imigrantes e as sedes das respectivas organizações são ponto de encontro, mais ou menos regular, de alguns imigrantes. Mas as comunidades que procurávamos eram formas de organização solidária, cultural – provavelmente diferenciadas consoante as etnias ou nacionalidades – a que os imigrantes isolados pudessem recorrer como quem recorre à família alargada. Finalmente, também as próprias famílias desapareceram do mapa social, na expressão verbal dos nossos entrevistados. A indisponibilidade radical de nos apresentarem a

³³ Os profissionais de polícia sentem na pele esta evidência do maniqueísmo empírico em acção: ora são chamados a defender determinada população ora, às vezes numa conjuntura temporalmente imediata, são rechaçados simbólica ou mesmo fisicamente. Daí a polémica entre os que defendem o primado do respeito pelos Direitos Humanos na actuação profissional da polícia e os que se queixam de que tal prioridade prejudica a capacidade de iniciativa de acção policial em meio hostil, sugerindo – às vezes propondo – que os direitos individuais sejam suspensos se puderem obstaculizar as acções de polícia.

³⁴ O apoio familiar é de particular relevância para os presos, não apenas nas horas das visitas, mas também no tempo dos julgamentos, primeiro condenatórios e depois de eventual flexibilização de pena.

terceiros – familiares ou não – prolongava-se, também radicalmente, na indisponibilidade dos imigrantes de nos falarem dos familiares e das relações que mantinham entre si.

Acabámos por ser obrigados a desistir de nos referirmos a famílias e fomos forçados, contra vontade, a tomarmos entrevistado a entrevistado, caso a caso, indivíduo a indivíduo. Não nos referiremos também a comunidades que, a existirem, não nos foram apresentadas. Por isso, vale a pena elaborar uma reflexão sobre o significado sociológico das limitações que nos foram impostas pela realidade ao programa metodológico inicialmente idealizado.

Para o efeito tomamos como referências principais três obras, a saber: *A Sociedade de "Corte"*, de Norbert Elias, *A Sociedade de Bairro*, de António F. da Costa, *Community*, de Zygmunt Bauman. Utilizá-las-emos para mostrar como o próprio objecto de estudo da sociologia, a sociedade, é uma referência a concepções bem distintas sobre a vida social, que foram inspiradoras de programas ideológicos e políticos opostos. A Comuna de Paris, símbolo para o século XIX da possibilidade de ascensão social das comunidades ao poder e, portanto, da viabilidade do programa social igualitário alternativo à democracia paternalista e patrimonialista, realizou-se, de maneiras diversas, no campo socialista do século XX e, do lado ocidental, nos sufrágios universais e no Estado-Social. A histórica deste casamento entre modelos de convívio social não está acabada e, portanto, a noção de comunidade deve ser entendida como uma referência à especificidade dos modos de vida, neste caso dos imigrantes, e também à respectiva aspiração de poder social e político.

As sociedades urbanas opõem-se às comunidades quase da mesma maneira como as cidades se opõem à vida no campo. Por modernização (ou processo de civilização) pode entender-se a urbanização da vida dos residentes nos territórios sob a tutela dos estados modernos. Referimo-nos primeiro à conceptualização sociológica e em segundo lugar à evidência empírica, no mundo em geral e também em Portugal.

O termo urbanização refere-se simultaneamente a processos construtivos materiais de autonomização paisagística e convivial relativamente ao ambiente natural, através das arquitecturas, e a processos de reorganização emocional da natureza humana, em particular o desenvolvimento das capacidades de sublimação verbal da violência latente e de contenção das emoções e, ao mesmo tempo, o uso dessas competências socialmente incorporadas como forma de distinção e poder. A urbanidade refere-se à reunião das condições ambientais, psicobiológicas e subjectivas de usufruto da condição da pretendida superioridade existencial e social de cada ser humano contextualizado.

Nem tudo o que vive na cidade é urbano, seja em termos arquitectónicos, seja em termos de sociabilidade. Primeiro porque a urbanidade é um programa de acção contrafactual, ou melhor dito, contranatura, que precisa de manutenção permanente, sob pena de o tempo de abandono ser consumido pela retoma das forças naturais. Segundo porque a “sociedade de corte”, um dos centros de referência da cultura urbana, não deve ser confundida com a cidade. A corte real foi, em protótipo, um exercício modernista de poder e vontade humanas, de liberdade no sentido que Tocqueville a entendeu, centrado nas figuras nobres e, em particular, na ideia de um indivíduo incarnado de poderes absolutista e de representação nacional: a figura histórica unipessoal, simbolizada de forma transcendente e histórica na realeza (cf Elias ??). A cidade é o resultado de um processo histórico, ainda mais longo, de conciliação de agendas quotidianas contraditórias e de aparências (experiências culturais) que existem como se fossem mais reais que as próprias realidades, como formas de afirmação da perenidade humana e de recobrimento, não apenas do lado senhorial, como nos mostrou Eça de Queiroz entre

outros, mas também do lado popular, cf. Costa ??.³⁵ Pode dizer-se que a sociedade de corte elevou a contradição entre a cultura e a conspiração, já patente e recorrente nas cidades pré-modernas, ao seu zénite e modelo.

Referimo-nos àquilo a que Durkheim chamou solidariedade orgânica,³⁶ a moral social incorporada, que Tocqueville, sob a designação de honra, considerou ser subtil e frágil condição prévia de exercício da liberdade, que a paixão democrática dos povos republicanos – por ignorância – poderia não assegurar. Por um lado, pensamos também naquilo que mais identifica uma cidade, a sua monumentalidade arquitectónica e as suas festividades tradicionais, o seu património específico, que o espírito cívico é chamado a preservar e que, por isso mesmo, também tão bem serve de suporte simbólico às acções constestárias dos excluídos ou dos revoltosos.

A sociedade moderna, urbana, confunde-se (e baralha-se-nos) nestas múltiplas dicotomias promovidas pelas noções selectivas e exclusivistas de sociedade das elites e as noções de afirmação e aspiração cultural e política à partilha de recursos, mediadas por sistemas complexos de integração e lutas simbólicas e políticas.³⁷ Parkin diria que a modernidade é produzida por processos de fechamento social de exclusão (como na corte), de usurpação (como nos bairros populares) ou misto (como nos sindicatos ou nos partidos ou nas corporações, que tanto reivindicam monopólios como arregimentam forças para aumentar os recursos e privilégios próprios). O crescimento sustentado das classes médias no pós-guerra deu ânimo aos projectos políticos e teóricos conciliatórios de modernização pacífica, através de jogos de poder simulados no âmbito da actividade cultural.³⁸ Mas as lutas violentas quotidianas e estratégicas nunca deixaram de fazer parte da vida social, mesmo se contidas e escamoteadas pelo que geralmente se designa por controlos sociais.

Aquilo a que a sociologia chama sociedade é, na verdade, um projecto de liberdade individual e igualdade formal a que se aspira doutrinalmente, por imposição de um programa revolucionário elaborado faz pouco mais de duzentos anos, usando um modelo conciliatório capaz de manter a crença da possibilidade de os grupos populares poderem, um dia, vir a participar de uma sociedade de corte, entretanto modificada, democratizada e disponível para prescindir dos processos de distinção que a caracterizam, em nome de uma funcionalidade económica atrás da qual as distinções, como nos mostrou Bourdieu de forma exemplar, resistem. Este é, no essencial, o programa positivista, criticado por ser messiânico e irrealista, mas que tem a virtualidade de ter sido capaz de unir, na adesão à nova ordem ou de modo crítico, a ciências sociais. O seu método preferido é, é bom de ver e de entender, a estatística, não tanto porque nos lembra o prestígio das ciências naturais, mas principalmente porque têm o efeito de coisificação dos seres humanos, que passam a ser apenas indivíduos sustentáculos de características tipificadas, classificáveis de modo abstracto, da mesma forma que a matéria elementar.³⁹ Desse modo as figurações, de que nos fala Elias, são

³⁵ Costa ?? vai descobrir que a população do mais castiço e simbólico bairro popular de Lisboa é, na sua maior parte, oriunda de um processo migratório secularmente organizado e normalizado (desconhecido dos poderes instituídos) entre aquela encosta e os postos de trabalho e modos de viver relacionados com o porto de Lisboa e um centro urbano situado a muitas dezenas de quilómetros, no centro do País.

³⁶ Elias ?? designa-a como uma figuração de densas interdependências entre os diversos grupos sociais dominantes.

³⁷ Sobre a ciclicidade entre o espírito integrador e o espírito exclusivista nas sociedades modernas, ler Young ??

³⁸ Uma referência possível desse programa pode ser Klaus Eder ??

³⁹ O átomo é uma abstracção comprovadamente inexistente, mas que continua a sustentar não só a ideia de átomo como a de partículas sub-atómicas, que negam o sentido epistemológico do átomo, mas sem efeito prático.

automaticamente estilizadas e remetidas para o plano nacional, idealizado conforme a estratégia global do Estado-Nação, a que implicitamente os modernos chamam sociedade. Os nacionais, simbolicamente, de acordo com a autoridade modernizadora das teorias sociais, entendem-se a si próprios como tendencialmente livres e iguais entre si, suportando as diferenças individuais, familiares ou de classe como resultado de limitações pessoais relativas perante as exigências modernistas.

Este processo metodológico e ideológico moderno transfigura as desigualdades sociais vividas em características de seres humanos potencialmente iguais: imaginamos sempre um homem médio, isto é activo, pai de família, com um filho e um pouco de outro, enfim, o que se costuma chamar uma pessoa normal, admitido um desvio-padrão conveniente. Mas principalmente não temos nenhuma ideia de quais as suas intenções a curto, médio ou longo prazo. O que vai fazer cada homem, para já não falar das mulheres, das crianças, dos velhos, das famílias, dos grupos de amigos, dos clubes e toda a panóplia de entidades sociais escondidas entre a macro-sociologia e a micro-sociologia, entre o estudo das estatísticas e o estudo da acção individual?

Como nos propuseram Elias e Costa, cada um à sua maneira, há que delimitar fisicamente o nosso objecto de estudo (a corte de Versailles de Luís XIV e Alfama dos anos oitenta e noventa) e procurar na diversidade de estruturas, atitudes, competências e vontades interdependentes a tecitura social que torna empiricamente mais livres os seres humanos, apesar (ou porque) mais fortemente dependentes uns dos outros, como Durkheim já referia classicamente. As diversas identidades sociais são produzidas, transmitidas e incorporadas localmente, na medida em que potenciam liberdades individuais e colectivas, sem elas inexistentes. A construção de tais identidades, como mostrou Bourdieu através do seu *habitus*, herdaram-se porque não são aleatórias nem fáceis de descobrir, nas suas modalidades práticas. A reflexividade individual só idealmente percorre todos os azimutes. Na prática, ao invés, a componente de saberes tácitos e hábitos incorporados pela educação e pelo treinamento, ocupa quase toda a realidade humana e oferece-lhe um estatuto de previsibilidade e consistência que não nega nem o estilo pessoal, nem a genialidade. Mas para que a diferença positiva que torna cada ser humano um ser único e susceptível de atrair sentimentos dos seus semelhantes se possa revelar, aos olhos do próprio e dos seus próximos, será sempre necessário previamente ser possível reconhecer o indivíduo na sua expressão social, isto é, nas suas semelhanças com certo protótipo já classificado de cidadãos.

Se se aceitar o que fica escrito, isso significa que o estigma que caracteriza o condenado, o ex-condenado ou uma zona residencial, como é o caso, decorre da capacidade efectiva das instituições (judiciais ou culturais) de fazerem passar para as pessoas que convivem com o estigmatizado o modelo ideal típico criminal que lhe tiver sido aplicado pela polícia ou por um tribunal ou pela opinião pública. Nesses casos, dada a raridade das condenações, o prestígio das instituições, as ideologias normativas em uso e o princípio da prudência preventiva, a exclusão social pode acontecer. De facto isso ocorre tão frequentemente que se produziu legislação que obriga as entidades policiais, em certas condições, a apagarem o registo criminal de um ex-condenado, por forma a libertá-lo do seu passado, como os residentes da Zona J fizeram à sua própria toponímia.

A modernidade impõe a cada indivíduo a exploração auto-reflexiva das respectivas capacidades pessoais particulares em função das oportunidades socialmente disponíveis, no sentido que Parsons descreveu ou no sentido que a teoria da competitividade social nos apresenta. Por outro lado, a sociologia já firmou a noção de que a igualdade de oportunidades para integrar os diversos lugares sociais, sendo eticamente desejável e objecto de políticas específicas com vista à sua realização prática, tem por primeiro

obstáculo a socialização primária, que por sua vez tende a reproduzir sistematicamente as desigualdades sociais de origem. Dito de outra forma: porque é que o artista não se lembrou de fazer um filme sobre marginalidade na Quinta da Marinha ou na Avenida de Roma?

Pode confirmar-se que a maioria dos pobres e excluídos não estão presos ou jamais foram presos, mas a esmagadora maioria dos presos são pobres e filhos de meios sociais excluídos. Este padrão é recorrente em todas as sociedades do mundo, como é recorrente a assimilação simbólica entre pobreza e criminalidade, pelo menos desde o século XIX. É sobre e em torno desse padrão cognitivo – empiricamente abusivo mas ideológica e politicamente dominante – que a investigação que agora se apresenta se preparou para avançar. Queremos saber o que pensa uma comunidade de imigrantes pobres sobre o exercício institucional da justiça e em particular sobre as prisões.

A respeito da Zona J, é natural que lá existam comunidades imigrantes clandestinas, escondidas, principalmente após o uso no cinema do nome do Bairro ter passado a alertar os lisboetas quanto à especificidade da zona? Como poderemos abordar metodologicamente tal objecto de estudo?

Em Alfama, segundo o estudo acima referido, nem as delimitações físicas nem os indivíduos integrantes da comunidade “sociedade de bairro” se oferecem à nossa observação directa e inequívoca. Pelo contrário. O autor chama muitas vezes a atenção do leitor para o facto de ter sempre, vinte anos depois de ter começado o seu cuidadoso trabalho de campo, vinte anos de convívio e amizade com um grupo de informantes privilegiados, a sensação que lhe estão a esconder qualquer coisa, que há sempre uma outra profundidade que seria possível atingir e clarificar mas, por alguma razão inatingível, não pode ser relevada. Por outro lado também confessa de passagem que, por razões deontológicas, teve o cuidado de não incluir no seu relatório informações que pudessem causar problemas a algum dos seus informantes ou a pessoas do bairro.

No bairro popular símbolo de Lisboa, também ele sujeito à “má fama”, nomeadamente à fama de abrigar delinquentes e criminosos, a identidade social a que o autor se refere como susceptível de mostrar evidência científica é, se bem entendi, fundamentalmente os artefactos (materiais e imateriais) culturais que unem contra “os de fora” as gentes de Alfama (que, de facto, são originárias de povoações de província, bem longe de Lisboa, com as quais se mantêm contactos privilegiados e social e culturalmente invisíveis, descobertos precisamente pelo autor). Em Alfama, como no caso da corte de Luís XIV, a comunidade não é um conjunto de indivíduos: é a história a que todos eles se referem como herança comum, a partir de posições muito diversificadas, no quadro de um contexto social mais geral, animando também contextos mais particulares e especializados dentro de si.

Na verdade, não há propriamente uma forma de delimitar positivamente onde começam e onde terminam as comunidades (as sociedades) a que estamos a referir-nos. Há, isso sim, uma evidência da sua existência feita de traços simbólicos que indiciam a existência de estados-de-espírito particulares que servem de modelo para as diferentes imitações, umas legítimas e outras não.⁴⁰ Conforme as circunstâncias históricas, como nos mostrou Elias, a sociedade de corte que emergiu, se consolidou e conheceu a decadência e chegou mesmo a servir de contra exemplo para a burguesia triunfante poucos séculos depois, há uma consciência social projectada, ideal-típica, que utiliza as classificações que ajudaram a fixar hábitos a partir de práticas erráticas e complexas,

⁴⁰ Estado-de-espírito é um conceito que o autor procura apresentar e desenvolver que sintecticamente, recorda-se, pressupõe uma figuração de hábitos sociais, um sistema simbólico próprio e uma capacidade de produzir disposições para acção específicas.

para fins diversificados mas precisos. O rei começa por ser principalmente usurpador do poder dos príncipes e da alta nobreza francesa, aliado aos burgueses. A corte o seu instrumento. O capital assim obtido na mediação cortesã entre forças sociais contraditórias passa a ser principalmente exclusivista, explorando o fausto como forma de manter o poder e instituir o Estado, contra os interesses particulares da nobreza e da burguesia, suspensas dos desejos reais.

Esse mesmo exclusivismo, símbolo do sucesso real e da sua corte, estimulou as esperanças e as ansiedades sociais dos súbditos de poderem, um dia, vir a obter o direito legítimo de participar dessa sociedade fechada (e de fachada). Essas expectativas e tais ambições tinham vindo a ser usadas por inúmeros membros da burguesia que, pela sua riqueza, compravam (como se diz pejorativamente) a sua honra e passavam a integrar a sociedade de referência. Como diz Tocqueville, a paixão democrática, a ideia de que todos os cidadãos, independentemente da condição socio-económica, deveriam ter os mesmos direitos de pertencer à sociedade, mostra a força que acabou por assumir o desejo imitativo (simultaneamente usurpador e exclusivista, nos termos de Parkin), ao ponto de ainda hoje a proximidade com a realeza (com o luxo, com a moda, com as boas maneiras, com as revistas cor-de-rosa) é algo que atrai e satisfaz muita gente, de todos os extractos sociais.

Com a modernidade, a referência central à sociedade de corte, que lhe permitiu usufruir de liberdades políticas, económicas, sociais e simbólicas extraordinárias e únicas, transformou-se numa referência menos central, mas ainda muito forte. Sem força nem posição para ser usurpadora, mas o suficiente para se manter exclusivista, de forma limitada mas ainda faustosa, lá onde persiste. Os hábitos sociais nobiliárquicos são hoje residuais e serão eventualmente objecto de chacota, se não forem comedidos ou se não assumirem a forma de ritual.

A doutrina judicial estilizou a noção de sociedade e transformou-a num estatuto económico ao serviço do capitalismo: é o que a sociologia chama organizações, suporte indispensável ao espírito do capitalismo.⁴¹ Uma legião de empresas, organizadas entre si, substituíram as ordens sociais, que enquadravam a sociedade de corte, pelas dimensões sociais, isto é pela separação dos espaços e tempos quotidianos através de instituições. Dessas dimensões pode entrar e sair-se fisicamente mas também (e principalmente) de modo espiritual.

Ao contrário do que acontece com a família, a que ficamos ligados para o resto da existência por laços emocionais indeléveis, ao contrário dos meios sociais em que somos socializados, que se nos incorporam de forma informal na nossa maneira de ser, as organizações, as sociedades arbitrárias a que Tonnies opôs as comunidades, como que nos são exteriores. Devem ser racionais e não nos devemos deixar envolver emocionalmente com elas, embora isso possa acontecer por falta de disciplina racional. Provas do progresso no sentido da concretização prática desse ideal moderno são as experiências bem sucedidas de trabalho à distância ou tele-trabalho, que admitem que em casa, um trabalhador, seja capaz de incorporar a dimensão económica da sua vida e da sua relação com a empresa que o contratou, sem ajuda do ambiente físico próprio – a empresa.⁴² Os que melhor são capazes de interpretar o espírito da organização diz-se que vestem a camisola, isto é tomam como sua identidade a identidade colectiva que a

⁴¹ Cf Weber ??, Boltansky ?? e também Hirschman 1997.

⁴² Sabe-se que tal exercício não é fácil. No tele-trabalho aconselham os especialistas, deve prever-se de forma regular e uma vez por semana, no mínimo, um contacto pessoal directo entre o trabalhador e o ambiente empresarial completo, com chefes, colegas, materiais, clientes, etc. Serve como uma espécie de recarregar baterias, confiança, ânimo, tal como também os investigadores sociais precisam de vez em quando.

empresa possa simbolizar, com toda a ambiguidade que tal frase representa mas também com toda a importância que isso pode ter (positiva ou negativamente) na vida pessoal e social. Nos dias de hoje o que se refere ser a disciplina mais adaptada à racionalidade económica é o espírito de competição, a mobilidade e a flexibilidade, isto é o desapego mais completo possível às organizações e a maior disponibilidade de participação em redes mobilizadoras de competências específicas.⁴³

A sociologia tem tomado (de resto como o senso comum) a profissão e a actividade profissional como mediações privilegiadas entre as micro análises (afinando e confirmando identificadores quotidianamente utilizados pelo senso-comum) e as macro análises sociais. As identidades individuais modernas sustentam-se, na prática e de forma firme, em identidades estilizadas na dimensão económica, sendo as outras dimensões normalmente suplementares e complementares.

A luta social entre concepções e modos de vida ditos sociais e ditos comunitários foi estilizada pela sociologia. Parkin (19??) teorizou a oposição entre dois tipos de processos sociais de fechamento (e solidariedade). O fechamento por exclusão, concentrado na monopolização corporativa, digamos assim, do acesso a um pacote de bens materiais e imateriais. O fechamento para usurpação, animado pelo espírito de conquista de mais direitos, isto é de acesso a recursos anteriormente monopolizados por outrem. O autor reduz as estratégias sociais ao recurso a dois mecanismos sociais instrumentais distintos, cuja finalidade acaba por ser a competição por recursos sociais. Estas duas estratégias polarizam-se nos extremos sociais, quer dizer os grupos privilegiados tendem a usar mais as estratégias exclusivista e os grupos desprivilegiados tendem a usar a estratégias usurpadoras. Os grupos sociais intermédios usam uma ou outra conforme a ocasião, sem nenhum complexo ideológico. Young (1999), por seu lado, apresenta-nos, inspirado em Levy Strauss, a oposição entre as dinâmicas integradoras e exclusivistas, que têm alternado a respectiva predominância, ciclicamente, nas sociedades ocidentais. Os primeiros tipos de dinâmica foram dominantes desde o pós-guerra até aos anos setenta e permitiram a construção do Estado-Social, isto é, um processo de aproximação gradativo e institucionalmente suportado das condições de vida das pessoas que viviam nas sociedades e nas comunidades. As segundas dinâmicas estão particularmente activas desde o último quartel do século XX, aceleradas com a queda do muro de Berlim, de que os *yuppies*, a noção de competitividade ou os ataques ao Estado-Social são símbolos.

É nesse contexto histórico e teórico que Bauman (2001) discute os modos como a noção de comunidade é utilizada actualmente. Chama-nos desde logo a atenção para que se trata de uma referência às lutas sociais, na medida em que a comunidade se concebe como um coito, uma base, uma realidade romântica, de onde se parte e a onde sempre se retorna afectiva e simbolicamente, depois de mais um *raid* em sociedade (cf. op.cit.:18). Mais interessante para o nosso trabalho é a relação que o autor estabelece entre comunidade e o binómio liberdade-segurança. Escreve ele que liberdade sem segurança é o abandono: uma perda para a sociedade e uma desorientação para os indivíduos, uma forma de anomia. Segurança sem liberdade, por outro lado, releva da condição escravagista, a segurança da liberdade de outros (cf. op.cit.: 20).

⁴³ Cf. Castels ??

A comunidade, cada comunidade, aliás como cada sociedade, podem ser definidas como compromissos particulares, empíricos, em processo de transformação, objectos de lutas políticas, cujos móveis são contraposições virtuais, desejadas, às figurações vividas que condicionam, ao mesmo tempo, a nossa segurança pessoal e colectiva e a nossa liberdade individual e de grupo.

Nesta perspectiva, poder-se-ia colocar a hipótese de as características dos sistemas prisionais, sistemas penais doutrinariamente dirigidos para maximizar a segurança em detrimento da liberdade dos condenados, serem úteis como indicadores do estado do compromisso empiricamente verificado numa determinada sociedade. Isso revelar-nos-ia, também, o lugar central das instituições nacionais e estatais na regulação das seguranças (direitos e garantias constitucionais, mas também sentimentos de confiança) e das liberdades quotidianas (formais e efectivas), por oposição às arenas internacionais e aos mercados internos: o grau de coesão social.

Acima e abaixo do nível analítico social dos estados modernos, a eficácia dos sistemas de regulação da segurança-liberdade é outra e menor. Veja-se a diferença entre a legitimidade do projecto e dos princípios dos Direitos Humanos, fazendo coincidir as noções de sociedade e comunidade com a noção idealizada de Humanidade una, e as condições do exercício da sua tutela, seja ao nível da significativamente assim chamada comunidade internacional,⁴⁴ seja ao nível local, onde as polícias, as prisões, os magistrados e outras autoridades fazem de interface criativo entre as regras jurídicas e sociais e as práticas comunitárias.⁴⁵

Por sociedade moderna a teoria social entende, sobretudo, a arquitectura institucional e social através da qual cada estado moderno modela a população sobre a qual exerce soberania. A teoria social é, de resto, parte integrante dessa arquitectura auto-concebida como nacional, isto é, auto-referida e sintonizada a uma super comunidade abstracta, histórica, educativa e culturalmente construída, que se designa por Nação.

Os fenómenos ditos de marginalidade devem ser entendidos como externos ao núcleo duro arquitectado, em particular referidos às vidas daqueles que foram socializados sem referências interiorizadas à nacionalidade, por serem estrangeiros ou por, sendo nacionais, não terem sido bem educados. Ou então, por auto-determinação contra a sociedade. Para todos esses, desrespeitadores das regras de sociabilidade desenvolvidas no quadro do compromisso nacional particular entre seguranças e liberdades, está reservado um tratamento de endoutrinação, reabilitação, ressocialização, determinado por via penal, à mistura com um castigo de restrição de liberdades individuais para os condenados.

A modernidade ocidental reformulou e expandiu a sociedade de corte, adaptada à industrialização, como sociedade de mercado. Mas também regulamentou os modos de controlo social sobre as sociedades populares, de que a sociedade de bairro é um exemplo actual, nomeadamente através das práticas de policiamento e prisão de membros das classes populares.

Quando Bauman escreve que a sociedade (de risco) caiu actualmente num indeterminismo, numa indefinição, numa subinstitucionalização, em desregulação, em função de um novo cosmopolitismo (com ou sem território) (cf. op.cit.:60) está a referir-se à sociedade normal, à sociedade em rede, de que nos fala Manuel Castels

⁴⁴ Depois do fracasso da sociedade das Nações, na primeira metade do século XX, que amadureceu na Organização das Nações Unidas, a autoridade internacional das instituições globais, em especial das suas instâncias judiciais, continua a ser mais um projecto adiado do que uma realidade exequível a curto prazo. Ao nível europeu, com outros propósitos mas de modo similar, a União Europeia (ex-Comunidade Europeia) debate-se com problemas equivalentes, embora com outro grau e capacidade de concretização.

⁴⁵ Sobre o assunto ler Dores (1?? Justiça) e Wiswood (19??).

(20??). Para as comunidades marginais, embora o interesse no estudo das vítimas possa ter praticamente desaparecido (cf. op.cit.:62), a regulação por via penitenciária aumentou sustentadamente, bem como outras técnicas penais.⁴⁶ Como nos revelou Wacquant (19??), as sociedades em que vivemos actualmente podem ser correctamente consideradas como sociedade penitenciárias. Policiar é uma batata quente alegre e estrategicamente colocada na hierarquia inferior, qual Cavalo de Tróia, enquanto os marginais estão demasiado frágeis para recusar o presente envenenado (cf. op.cit.:41). Desse modo a sociedade impõe às comunidades uma procura ética – por exemplo, na relação salarial e na responsabilidade criminal –, em nome da exigência judicial de fixação do processo de individuação como contrapartida à garantia institucional de “certainty, security and safety” (cf. op.cit.:72). Na prática, cada jovem marginal terá de escolher entre viver conforme um programa ético imposto à sua comunidade ou arriscar a sua capacidade de iniciativa individual, tentar subir na vida, começando por ser capaz de tirar proveito das práticas de regulação social e policial (cf. Miguel Csal Ventoso 19??). Para o marginal, a incerteza principal é sobre qual o próximo passo do regulador (cf. op.cit.:41).

De momento, o que tem diminuído são os investimentos em sistemas de prevenção dos crimes e das insuficiências económicas e sociais dos marginais, por via educativa, médica e social. Pelo menos têm diminuído relativamente às necessidades e às expectativas geradas pelo Estado-Social no período em que as intenções de integração eram politicamente dominantes.

O comunalismo tornou-se uma filosofia do fraco, do que não consegue afirmar a sua individualidade, na prática (cf. op.cit.:58). Pode revelar-se em exercícios estéticos identificados como cultura popular, cultura urbana, cultura juvenil, mas, segundo Bauman, se não tiverem por base uma ética comum dificilmente serão potenciadores de emancipação (cf. op.cit.:72). No sentido estritamente estético, as comunidades marginais são para ser consumidas, são superficiais, duram enquanto funcionam, são transitórias e dependentes das relações entre os participantes, sem compromissos éticos ou de longo prazo (cf. op.cit.:71).

Bauman revela-nos, portanto, um *status quo* com poucas esperanças de mobilidade social ou mesmo de transformação social. As novas condições sociais, declara, fazem a dominação, actualmente, aparecer sem forma, invisível, como imposição cultural auto-administrada (cf. op.cit.:43). Os poderosos não têm nada a temer, pois dependem de si próprios, sem supervisão e com máxima liberdade individual. E podem estabilizar politicamente um quadro panóptico capaz de admitir oportunidades e sonhos privados de tal modo a que ninguém esteja interessado em arriscar uma guerra (cf. op.cit.:42).

Se é assim, não admira que os investigadores sejam recebidos com medo pelos seus interlocutores imigrantes; que a comunidade estética da Zona J, se alguma vez se auto-referenciou, perdeu consistência e criou adversários, logo que foi exposta publicamente; que as recusas sejam muitas mas principalmente a bola de neve não funcione, por medida de segurança básica para quem viva nas circunstâncias descritas.

Bibliografia

- Bauman, Zygmunt, *Community, Seeking Safety in an Insecure World*, Cambridge & Oxford, 2001.
Hirschman, Albert O., *As Paixões e os Interesses*, Lisboa, Bizâncio, 1997.

⁴⁶ Em Portugal praticamente não se aplicam penas alternativas à prisão. Mas nos países onde são aplicadas, tem-se verificado que o seu uso não tem sido alternativo mas complementar, já que aumentam os números de condenados sem que a diminuição das penas de prisão se faça sentir significativamente.

6. Explicar as evidências, descobrir o que permanece escondido

AUTOPSICOGRAFIA

“O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

E assim nas calhas de roda
Gira a entreter a razão,
Esse combóio de corda
Que se chama coração.”

Fernando Pessoa

A sociedade de bairro, de que é exemplo Alfama, refere-se a um fechamento social evidente. Qualquer lisboeta sabe onde fica o bairro ou mete-se num taxi e facilmente o achará. Se perguntar numa agência turística ou na Câmara Municipal concerteza lhe oferecerão vários motivos para destacar o bairro: as festas populares, as marchas, o fado, a arquitectura, a vida nocturna. Nenhum desses traços, nem sequer o seu conjunto, por si só, identificam a singularidade do bairro. Segundo o autor da pesquisa que seguimos, António F. da Costa (1999), há que procurar na espessura e complexidade da vida social as bases e a sustentação materiais das expressões culturais que emanam, tão vivazes, da sociedade de bairro e a tornam projectável e consumível enquanto identidade e produto urbano, por oposição e/ou concorrência com a cultura e a vida social de outros bairros e outras zonas urbanas.

Da mesma maneira os limites físicos do bairro, sendo definidos, são suficientemente instáveis para constituírem objecto de interpretações e negociações localistas entre os entendidos no vernáculo cultural e politicamente iniciados em tais subtilezas. Não se tratam de meros exercícios de erudição popular mais ou menos elaboradamente recolhidos por etnógrafos. São principalmente lutas sociais fundadoras da solidariedade e da identidade do Bairro, que se contrapõe aos de fora, incluindo aí os serviços administrativos do Estado encarregues do controlo político e demográfico das populações, para o que precisam de desenhar as delimitações legais das freguesias e do bairro de modo legítimo.

As dinâmicas e identidades sociais que suportam a cultura popular de bairro são caracterizáveis através do conhecimento dos hábitos sociais, das expressões culturais locais. Isso, por si só, é porém insuficiente para compreender o génio que anima este bairro típico e que o torna especial. O carácter particular da sociedade de bairro é, muitas vezes, obscurecido por jogos de apresentação e encobrimento, intencionais ou decorrentes da naturalização dos hábitos de fechamento, para que o autor recorrentemente alerta.⁴⁷

⁴⁷ A decisão anunciada por Costa (1999) de renunciar a uma metodologia de investigação-acção para este seu trabalho, reduziu ao mínimo o interesse do investigador e dos seus informantes de se referirem às intenções sociais dos diversos agentes, às relações de força intra bairro e no quadro autárquico, aos projectos de transformação e de conservação que procuram estabelecer programas de actuação.

Analiticamente podemos distinguir os níveis vitais orgânicos (condições económicas e arquitectónicas), a vida social própria do bairro (situação perante o trabalho e ciclos quotidianos e sazonais), a vida cultural, para consumo interno e para consumo externo, e a vida de representação, política e de comercialização local, autárquica e de outros níveis, mas também de defesa face às agressões externas que são desviadas para os sectores menos poderosos.⁴⁸

Esta divisão em quatro níveis da realidade permite-nos mostrar como estamos perante uma construção social, uma figuração específica, resultante de um processo evolutivo empírico complexo, à margem de eventuais planos e estratégias voluntaristas dos actores. Certo é a evidente manutenção, em permanência e a um alto nível de representação social, da uma identidade de Alfama, partilhável pela maioria dos moradores, que outros bairros de Lisboa não manifestam.

Há um efeito de concorrência mercantil, no que toca à limitação do número de lugares visitáveis pelos turistas, que reduz a visibilidade dos espíritos bairristas. Apenas alguns lugares serão mobilizados para esse fim. Mas há também uma densidade de auto-institucionalização das relações sociais informais no bairro que não se verifica em todos os outros.⁴⁹

Um das condições prévias para que a cultura popular urbana possa emergir e manter-se é a de um entendimento colectivo, comunitário, sobre a gestão dos espaços públicos pela diversidade de actores sociais que possam habitá-los, usá-los, desfrutá-los ou rentabilizá-los. A aparente concórdia comunitária, tal como é imaginada pelo visitante, a quem o local aprendeu, entre pares, a receber com certas maneiras, esconde equilíbrios instáveis e conflitos respeitadores dos diversos (des)níveis da sociedade.⁵⁰

Para o sociólogo, é tão relevante e complicado explicar as evidências (a força inovadora da cultura popular) quanto o é descobrir aquilo que se desconhece (as intensas relações cidade-campo que entretecem a cultura urbana e ribeirinha), cf. Costa (1999). Tome-se outro exemplo: o da sociedade de corte. Não se pode dizer que não se tenha conhecimento de muitos dos hábitos sociais do tempo de Luís XIV. Mas continua a ser um mistério o valor surpreendente que os cortesãos atribuíam às regras de etiqueta, cuja racionalidade nos escapa e cujo sentido nos parece risível. Como nos pode fazer franzir o sobrolho de desconfiança como um senhor absolutista se fazia obedecer numa corte encimada de seus familiares, cuja finalidade mais conhecida era encontrar formas de o substituir no posto máximo do Estado, podendo ser utilizado o regicídio como método de controlo do poder.

Norbert Elias (2001), que estudou o assunto, procura encontrar nas evidências – a tensão social vivida nas cerimónias do “lever” e do “coucher”, oportunidades usadas pelo rei para sinalizar simpatias e desaprovações que se comentariam por toda a corte,

⁴⁸ Sinal disso é a recorrente explicação popular de que o povo de Alfama não é aquilo que por vezes se diz, como forma prévia de se desculparem perante o estranho da práticas menos lícitas de que possam ser vítimas durante a visita ao Bairro. Os populares, digamos assim, demarcam-se do povo abstracto, esse simpático um pouco vadio e imprevisível, como o fadista típico, da mesma maneira que as autoridades e representantes locais o fazem.

⁴⁹ Evidentemente que as posições relativas no mercado turístico se podem alterar, e alteram, como também as competências de representação se podem desenvolver ou decair, por exemplo, tendo em atenção a oferta de produtos turísticos de iniciativa privada sediados no bairro, a animação das associações recreativas e também o nível de consumo interno e externo desses serviços, mais ou menos castiços ou estilizados para “inglês ver”, como se costuma dizer.

⁵⁰ As condições através das quais tem sido possível – e benéfico para muitos dos moradores – organizar a sociedade de bairro serão, presume-se, de natureza primordialmente social, ainda que possam resultar da procura de trabalho (na estiva) e em mobilização de recursos económicos (durante as vendas na altura das festas). Efectivamente a sociedade de bairro não é aliada do capitalismo. É principalmente uma forma de expressão da reivindicação de dignidade humana, cuja vertente cultural é particularmente relevante.

por exemplo – o que se esconde na vida da corte: a delicada e tensa interdependência configuracional entre personagens dos mais poderosos que as sociedades humanas conheceram.

Também neste caso se pode aplicar a mesma referência analítica de quatro níveis acima sugerida. Os modos de vida da nobreza e da burguesia eram contraditórios, mas puderam ser conciliados pela instituição real, por razões que se podem resumir como resultado do desenvolvimento de sistema de solidariedade militar entre parceiros, entre os quais uns se tornavam, paulatinamente, mais poderosos que outros, e pelo impacto do incremento do comércio induzido pela exploração dos produtos de além-mar que encareceu o modo de vida dos nobres e lhes sapou o valor dos recursos de que dispunham para o fazer. Elias mostra como, diferentemente em cada país moderno emergente, a realeza funcionou como mediadora na canalização de recursos financeiros para alimentar a nobreza que, por sua vez, se envolveu numa luxuosa competição de afirmação de *status* pela demonstração de capacidade de consumo aristocrático, distinguindo-se da burguesia em fase de afirmação social e política.

Se temos a noção que nos bairros populares, as famílias faziam pela vida, para evitar a fome e superar as carências de bens essenciais, Elias chama-nos a atenção de que para a aristocracia o luxo era um produto essencial, sem o qual a sua existência pessoal e social não seria viável. Para garantir isso mesmo, as famílias nobres, as mais poderosas, hipotecavam-se à vida na corte e à satisfação dos desejos reais, tornando-se penosamente prisioneiros voluntários na corte, condição de manutenção, à custa do tesouro real, dos *status* de linhagem herdados, redistribuídos entre os familiares.

Tal estado de coisas, insiste Elias contra a facilidade romântica com que os historiadores imaginavam o Rei Sol a pessoa mais livre que o mundo já conheceu, representou para a realeza um programa de trabalho quotidiano altamente disciplinado e intensivo. Praticamente o Rei está permanentemente ao serviço, desde o “*lever*” ao “*coucher*”, sempre atento aos negócios do reino mas também ao principal de entre eles: aos frágeis equilíbrios da corte, sempre reverente mas também insatisfeita e subjectivamente desdenhosa perante os privilégios. As exigências de contenção das emoções que a vida cortesã implicavam para os aristocratas não isentam o Rei do mesmo ou maior rigor, dadas as consequências que qualquer transgressão poderia ter para os seus autores.

Esse exercício de disciplina tinha as suas escapatórias, por exemplo na informalidade das vidas amorosas, nas diversões nos salões da corte, no espectáculo do *glamour* cortesão, nas épocas de vida no campo que a corte organizava. Mas não eram tão separados como são hoje os espaços privados e públicos, dentro da sociedade cortesã. Tal como nos bairros populares com identidade, a liberdade criativa e imaginativa da cultura cortesã está ao serviço – e por isso condicionada - pelos deveres de representação pessoal, familiar e de ordem social, susceptíveis de múltiplas interpretações e intervenções, externas e internas.

A corte de Versailles corresponde a um esforço evidente de fechamento social por exclusão.⁵¹ Já não é tão claro como tamanho poder ali se concentrou e como se veio a desvanecer. Os historiadores, critica Elias, explicam o esplendor da corte pela personalidade do Rei Sol, ignorando os fortes constrangimentos pessoais e existenciais que forçaram um homem sem génio a cumprir um papel social de enorme vigor, como expressão de forças sociais interdependentes, como pólo de uma configuração social particular. Ainda hoje em dia, como é visível nas revistas cor-de-rosa ou quando há casamentos reais, nem só os historiadores se sentem prostrados perante a figuração do poder. Os mistérios que transformam pessoas em personagens aristocráticas são

⁵¹ Cf. Parkin 1979.

perscrutados por enormes públicos, por vezes mimando nas maneiras, nos adereços ou no estilo de vida, aqueles que lhes parecem viver uma condição sobre humana, eventualmente na intenção de simbolicamente partilhar o respectivo estatuto social ou simplesmente experimentar vivências extraordinárias.

Alfama é um bairro popular urbano cujo fechamento social se articulou com a vida dos estivadores e do acesso a essa profissão através de sindicatos, incluindo formas de recrutamento selectivo de longa distância (por exemplo, desde uma região específica da Serra da Estrela, de onde são originários muitos dos actuais habitantes de Alfama). Os valores fadistas, da esperteza, da ligeireza, da auto-defesa, de boa disposição e da protecção comunitária dos “seus”, correspondem à configuração tradicional, ainda muito viva na memória das pessoas e nas práticas quotidianas e culturais, apesar de as condições sociais objectivas estarem em acelerada transformação (por exemplo: as profissões marítimas já não ocupam a maior parte dos residentes). Também neste caso, como acontece com a realeza e a nobreza, há muitos imitadores do espírito fadista: artistas apaixonados pela descoberta da “genuinidade” do fado, que se inspiram nas vidas populares dos(as) cantadores míticos(as) ou animadores de fenómenos que os sociólogos urbanos chamam *gentrification*.

Parte importante do mistério do desconcerto entre as evidências mais firmes e os segredos mais bem guardados é resultado do próprio fluir do tempo e das vidas que com ele decorrem, transformando e transformando-se, de maneiras descoordenadas mas articuladas, como configurações, no dizer de Norbert Elias.

As representações produzidas a partir do exterior ou do interior das sociedades, fazem evidências, sem haver preocupação de sustentá-las empiricamente. As representações, os símbolos, as culturas, embora constituindo um nível de realidade inspirado nas coisas e nas naturezas, são discerníveis destas últimas. São estilizações produzidas pelas competências expressivas dos seres humanos que, por o serem, enfatizam alguns traços da realidade e, intencionalmente ou não, desvalorizam ou escondem outros traços da mesmíssima realidade. Por outro lado, como o nível social dos sistemas de representações e de signos é ele mesmo uma coisa, uma natureza embora de tipo diverso das coisas naturais, ao desligar-se do real (nos mundos expressa e reconhecidamente fantasiados) passa a poder associar-se a pedaços de realidade especialmente mobilizados para o efeito. O nível simbólico, apesar da sua falta da densidade e da continuidade que caracteriza a matéria e o mundo tal como é concebido pelas ciências naturais, remete para uma hipertextualidade onde o labirinto entre aquilo que realmente pode ser experimentado, genuinamente, e aquilo que só o pode ser através da imaginação, em modo lazer, se organiza de forma virtual.

As mesmas representações podem e assumem sentidos diversos não apenas conforme que é protagonista, artista, mas também conforme o ambiente e os modos de recepção dessas representações. Uma vez, aparentemente, mais evidentes, outras vezes mais parecem estratégias de encobrimento, num jogo em que, de facto, ninguém sabe exactamente onde mora a verdade autêntica.

Da mesma maneira que a infinidade teórica de possibilidades de manipulação simbólica possibilitada pelas novas tecnologias de informação, através das redes de computadores, se realiza de forma específica, configuracional, em função dos investimentos realmente feitos pelos humanos em sociedade – na organização do sistema financeiro, na ligação entre as comunidades científicas, no sexo virtual, na organização de movimentos sociais, etc. – também aquilo que acaba por se revelar como evidente no *port-fólio* da identidade de uma determinada sociedade deve poder ser experimentado de forma convincente por terceiros. Como dizia o poeta, até a mentira para ter profundidade tem que ter à mistura qualquer coisa de verdade.

As evidências são resultado, ao mesmo tempo figurado (imaginado) e configurado (submetido a uma ordem particular, a uma disciplina organizadora e sintetizadora do caos), de uma determinada experiência. Por isso elas podem ser verdadeiras (quando os nossos interlocutores as vivem de forma equivalente) mas são sempre susceptíveis de serem animadas por descobertas, isto é, jogadas sociais de consolidação ou de perturbação da ordem, cujos resultados práticos podem ser surpreendentes, tanto para os actores como para os observadores.

Em geral, as configurações sociais são, tanto na paz como na guerra, resistentes à manipulação dos particulares, entretanto habituados a proceder de maneiras pré-concebidas por *habitus*. Acontece, extraordinariamente, que uma determinada intenção social jogada como do costume, ou de uma forma apenas ligeiramente diferente, resulta, inesperadamente ou intencionalmente, na reorganização geral das evidências e da ordem noutra configuração social.

O trabalho em ciências sociais, uma vez estabelecidas no século XIX, tal como a teoria da literatura de Roland Barthes definiu, não é uma invenção das evidências mas um estudo do efeito de pequenas alterações discursivas nas interpretações das configurações sociais. Nos casos vertentes, dos estudos de Costa e Elias sobre, respectivamente, um bairro popular urbano e a corte absolutista de Luís XIV, o termo sociedade é utilizado de maneira pouco habitual. Sociedade costuma ser uma noção reservada para pensar populações enquadradas por Estados-nação ou, noutra acessão, para nos referirmos a contratos legais para fins empresariais.

Porque é que os autores não escolheram, por exemplo, o termo comunidade como resultado do estudo do bairro e da corte? Que diferença faria?

Medo e a confiança

Um trabalho sociológico de entrevistas em meio familiar, como imaginámos poder realizar no quadro do presente estudo, não encontrou, do lado dos nossos entrevistados potenciais, nenhum tipo de receptividade. Mesmo a simples entrevista pessoal gerou situações risíveis de fugas dos nossos interlocutores para nos evitarem.

Como qualquer outra forma metodológica, também a nossa intenção de organizar entrevistas com famílias de não nacionais em Lisboa é intrusiva. Beneficiamos, nós os investigadores das ciências sociais, de uma espantosa colaboração por parte das populações, que nos vai permitindo realizar os nossos inquéritos.⁵² Mas isso não deve ser tomado como certo. Mesmo quando o Estado impõe coersivamente a obrigação de colaboração das populações, como é o caso dos inquéritos organizados por entidades creditadas pelo Sistema Estatístico Nacional, podem acontecer recusas de colaboração.⁵³ No caso vertente, descobrimos, na prática, que a colaboração dos imigrantes seria limitada. Percebemos sentimentos de medo nas suas reacções às nossas interpelações. Mesmo nos caso dos que aceitaram falar às nossas entrevistas não directiva. Como

⁵² Quando se nos oferece a possibilidade de sermos operados cirurgicamente, perguntamo-nos, naturalmente, se não haverá formas menos intrusivas de realizar o ideal de saúde. Uma dieta, um químico? Se virmos que não nos resta outra hipótese que não seja submetermo-nos, compensamos o medo que sentimos pela confiança que temos no médico e na medicina.

⁵³ Isso mesmo aconteceu em larga escala na Holanda e na Alemanha nos anos setenta, tendo originado uma tendência administrativa para recolha de informação substituta dos recenseamentos, por via administrativa. Tradicionalmente, nos países do Sul da Europa tais contestações tem sido menos relevantes, bem como os sistemas administrativos também são menos fiáveis que no Norte da Europa.

também representaram manifestações desiguais de confiança em si mesmos, em nós, entrevistadores, e nas sociedades portuguesa e de origem.

Procurámos evitar ser conduzidos pelos contactos institucionais a que poderíamos recorrer para encontrar, de forma expedita, imigrantes disponíveis para colaborar connosco. Pensámos que, com algum esforço inicial da nossa parte, a bola de neve de contactos rolaria por fora das redes institucionais e permitiria evitar discursos condicionados às referências ideológicas dominantes nas comunidades a que pertenceriam os nossos entrevistados. No fundo, estávamos a cumprir a regra metodológica que associa as condições ideais de realização de entrevistas ao máximo isolamento da nossa relação com o entrevistado, longe das relações sociais quotidianas. Tal como acontece com o médico, desejaríamos conquistar a confiança do nosso interlocutor, reduzindo-o à sua condição de indivíduo perante a nossa autoridade académica, na esperança de que nessas condições ele fosse capaz de nos revelar não apenas as configurações aparentes mas também as configurações mais profundas e verdadeiras, eventualmente reservadas ou escondidas dos estranhos, eventualmente não suficientemente reflectidas anteriormente.

Geralmente isso não é imaginado pelos investigadores como uma violência. Mas neste caso (como noutros equivalentes)⁵⁴ a forma de contacto com imigrantes na região de Lisboa revelou-se incompatível com o exercício clássico da bola de neve. Ninguém, zero pessoas, entre as várias dezenas que contactámos e conseguimos entrevistar, foram capazes de corresponder à nossa solicitação de nos encontrar novas “vítimas”.

“De facto, o método não resultou de modo tão directo e constante, como se poderia pensar inicialmente. Contudo, se reparares na coluna que diz TIPO (de contacto), vem especificado as pessoas que: 1) de facto não deram continuidade; 2) deram, mas as pessoas contactadas não quiseram e 3) pessoas que deram continuidade (tendo funcionado o método bola de neve). Recordo-me, por exemplo, da Dé (brasileira) - ela própria, contacto informal, que deu origem a mais 4 entrevistadas ou da Rose que também deu continuidade.”

RITA

Quando desenhámos a estratégia metodológica, logo entendemos que apresentarmo-nos como estando curiosos sobre as relações que os nossos entrevistados teriam com o sistema prisional não seria boa ideia. O estigma, a desconfiança, o preconceito, seriam concerta obstáculos que condicionariam – se não impedissem definitivamente – o relacionamento de confiança mínima para que o contacto se estabelecesse e se pudesse reproduzir, como seria suposto poder vir a acontecer, mas não aconteceu na prática. Para o evitar, decidimos utilizar a fase de apresentação do que ao que vínhamos para explicar o nosso interesse na Justiça, o tema mais geral em que queremos incluir a nossa pesquisa. Imaginámos que em alguns casos a conversa acabaria nas prisões, mas noutros casos isso poderia não acontecer, já que nos estávamos a dirigir a uma população particularmente atingida por processos de criminalização (o que não quer dizer que a maioria tenha tido experiências com polícias e prisões). Será que uns e outros, os que se referissem a prisões e os outros, nos apresentariam discursos diferentes ou semelhantes sobre o seu modo de vida e as respectivas relações com as autoridades? Seja como for, a justiça é uma componente fundamental da vida em sociedade e um dos três pilares do poder de estado moderno. Concerteza que todas as pessoas têm uma noção de como funciona a justiça e, eventualmente, terá mesmo tido ou ouvido falar de

⁵⁴ Registámos na mesma ocasião as dificuldades semelhantes encontradas por Baptista e outros 2002.

experiências de terceiros, seus familiares ou amigos ou conhecidos, com as instituições judiciais. Dito isto, seria curioso saber de que modo, no discurso dos nossos entrevistados, a prisão pudesse ocorrer e de que modo se faria a articulação entre o nosso tema central (justiça para os entrevistados, prisões para os investigadores) e o tema de apoio (prisões para os entrevistados e justiça para os investigadores).

O certo é que a recepção foi negativa. Será que a nossa atitude gerou desconfiança? A resposta só pode ser: sim. As causas dessa desconfiança devem ser investigadas, com os elementos de que dispomos.

Nem só a realidade confunde as evidências com o que está encoberto. Também os investigadores podem usar as suas prerrogativas para, intencionalmente ou não, olhar para o lado errado do real. No caso da Justiça, aquilo que para o investigador gera “instintivamente” um sentimento de confiança – a instituição judicial – será que no caso do imigrante ele vive o mesmo sentimento?

Falar de justiça remete-nos para dois tipos de realidade:

- a) a lei dos livros, a lei dos legisladores, plena de boas intenções e palavras redondas para tranquilizarem e moralizarem os povos;
- b) as práticas policiais e judiciais (e também prisionais) que executam a lei na prática.

Ora, cada um destes dois mundos é socialmente bem distinto. Quem faz e discute as leis são gente de classes sociais cujas taxas de criminalização são extremamente baixas, quando comparadas com as mesmas taxas das populações que menos acesso à compreensão e à participação política e cívica. Falar de prisões é falar de um mundo perigoso e repugnante, do mais baixo que há na escala social, onde as potencialidades de participação social são reduzidas ao mínimo, por ordem judicial.

O nosso micro mundo isolado da entrevista é atravessado, violentamente, pela separação dos nossos estatutos sociais diferenciados perante a justiça.

Uma das dificuldades deste nosso trabalho é o de compreender o sentir emocional profundo, aprendido nas dificuldades da vida de imigração e marginalidade, de que os investigadores apenas têm uma noção muito vaga e superficial. Falámos com estrangeiros, cuja expressão em português pode não ser fluente, mas principalmente com os quais a nossa empatia (ou falta dela) nos levou frequentes vezes a não seguir os seus raciocínios.

Por justiça nós, entrevistadores, tendemos a reconhecer um valor positivo. No caso dos imigrantes, para além disso, sentirão também a necessidade de escapar à justiça, que os impede de entrar nos países europeus do Ocidente de maneiras legais. Para isso a) podem projectar sobre si mesmos a negatividade da situação (assumindo-se como pessoas más, por natureza, ou escamoteando de si mesmos essa parte da sua vida, que a seus olhos se encurta ao máximo e se elimina se possível, pelo menos perante os outros) b) como podem projectar contra as instituições a arbitrariedade que decorre do facto de as condições serem de abundância de mão-de-obra ilegal e de fraca fiscalidade e tolerância da exploração desse tipo de força de trabalho.

Embora os investigadores sejam os donos do verbo e do estatuto social de conhecedores, na prática não fomos capazes de prevenir a nossa própria ignorância das condições de vida imigrante. Verificámos isso ao trabalhar as entrevistas transcritas. Por vezes, quando o(a) entrevistado(a) estava finalmente a organizar um pensamento interessante para os nossos objectivos éramos nós que interrompíamos o esforço de colaboração (tão difícil de obter) com outra pergunta, com um reforço disparatado. Apesar do nosso esforço de empatia voluntariosa, ao relermos as transcrições das entrevistas, a nossa desintonia com os sentimentos dos nossos informantes ficou

revelada. Fez-nos lembrar certas equipas de futebol que trocam muito bem a bola e se esquecem de marcar os golos. Tão insistentes estávamos na dura tarefa de arrancar alguma frase dos nossos informantes, rígidos e em firme posição defensiva, que nos embalávamos. Quando, finalmente, a entrevista começava a revelar algum discurso interessante, por vezes não nos controlámos de modo a deixar correr fugazes e tímidos pensamentos relevantes.

Como nós, provavelmente muitas outras entidades que procuram imigrantes poderão manifestar essa ignorância junto deles. Os equívocos de comunicação são muito conhecidos nestes casos. Por isso mesmo se tornou regra internacional de respeito pelos direitos humanos garantir, nas relações dos imigrantes com as autoridades de segurança e de justiça, a colaboração de interpretes, com vista a garantir que os primeiros tenham condições de compreender exactamente aquilo que se passa. O que por vezes não acontece, mesmo assim. Em sentido inverso, não será de admirar que, na medida das respectivas possibilidades e interesses, os imigrantes (tal como outros sectores sociais mais criminalizados) possam desenvolver práticas de encobrimento das suas práticas ou de si mesmos, para evitar mal entendidos ou para fins de exploração mais ou menos ilegítima da sua situação.

Apenas num número limitado de entrevistas revelámos, já no final, o nosso primeiro interesse temático sobre prisões. Pelo estudo das respectivas reacções poderemos avaliar de que modo a desconfiança com que nos confrontámos terá tido origem na evidência, que poderia eventualmente ter sido entendida pelos entrevistados, das nossas segundas intenções.⁵⁵ Ou, dito de outra maneira, falar de justiça para grupos sociais sob perseguição tão intensa como os imigrantes do início deste século em Lisboa, não é menos repugnante e ameaçador do que falar directamente de prisões?

A sociedade como representação

As evidências de que partimos para uma investigação sociológica correspondem ao estado do nosso conhecimento, que devemos testar e confirmar. Fazêmo-lo através de sucessivas pequenas (ou grandes) descobertas, que ou se ajustam às evidências ou nos obrigam a reorganizá-las, na medida em que formos capazes de o fazer. Na medida em que formos capazes de surpreender a nossa própria ignorância e os nossos preconceitos. Quando Klaus Eder (1993) nos chamou a atenção para a crescente relevância da intervenção cultural na luta de classes, anteriormente pensada como sendo mais movida pelo confronto de exércitos (civis ou militares) com objectivos contraditórios política e economicamente bem definidos, não podia adivinhar que, poucos anos depois, os ataques (civis e militares) aos estados modernos seriam outra vez dominados pelas armas e, também, pela luta (culturalmente pobre) pela hegemonia ao nível das representações sociais maniqueístas, mas politicamente, eficazes do bem e do mal.⁵⁶

O mal, tal e qual nos é globalmente sugerido, deve ser combatido com as forças de segurança que, por sua vez, nos devem defender dos que venham do exterior. Por

⁵⁵ Não vemos nisto nenhum problema deontológico. Nunca sentimos estar a enganar os nossos entrevistados e muito menos a usá-los para finalidades perversas para eles ou para seja quem for.

⁵⁶ O chamado terrorismo não é a única oposição global organizada contra o estado da coisa moderna. Os movimentos alter-globalização, a que provavelmente Eder mais se referia, existem e têm níveis de eficiência altos, mesmo se discutíveis. Infelizmente não falta quem pretenda confundir duas realidades completamente distintas. Mas não é preciso fazê-lo para se perceber como, logo desde o segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre as respectivas actividades ficaram condicionadas àquilo que se chama “luta antiterrorista”. Para o caso do nosso estudo, embora não tenhamos comunidades de imigrantes considerados de risco em Lisboa, os canais de encaminhamento das brigadas que organizaram atentados na Europa passam pelos canais de imigração.

exemplo, opõe-se frequentemente a defesa do nosso modo-de-vida ou da democracia à moral fundamentalista de religiões não dominantes na Europa e à luta política armada. Outras sensibilidades preferem chamar a atenção das desigualdades internas e externas dos nossos modos-de-vida e das limitações da participação democrática que tem trazido dificuldades estratégicas ao Ocidente.

De um lado, hoje em dia com ambições politicamente hegemónicas, concebe-se a cultura como um dado tão estabilizado e tão identificado que a) nós somos isso que nos é dado como ideal naturalizado, mesmo se não o desejemos; b) os outros são outra coisa; c) cada indivíduo só pode escolher entre a) e b). Tal como os neo-nazis têm vindo a defender na Europa, qualquer mistura cultural pode deslaçar a nossa frágil hegemonia ocidental. É este entendimento que pode ser resumido, sem grandes erudições, na luta entre o Bem absolutizado pela eminência do confronto (que se não for real terá que ser inventado) e o Mal. Outro lado, conciliador, confirma a existência de diversas culturas fechadas entre si, mas declara deveres de tolerância dos dominantes perante os dominados. Para uma crítica da versão multiculturalista das práticas sociais ler Bauman (2001:89 e seg.).

Por oposição há quem defenda direitos iguais para todos os trabalhadores e respectivas famílias, independentemente da nacionalidade, afinal a fonte principal de identidade cultural que é reconhecida pelos culturalismos politicamente dominantes.

Este debate tem, evidentemente, consequências ao nível das políticas de recepção de imigrantes. Para as primeiras posições, o combate à violência é um problema policial (que tem tendência para ser militar) e para as últimas posições a violência tenderá a atingir níveis tanto mais aceitáveis quanto houver mútuo reconhecimento e interferência respeitosa entre as diferentes culturas, sejam elas locais, regionais, nacionais, europeias, transnacionais ou entre imigrantes e imigrantes e nacionais. Nesta última aceção o problema não apenas um assunto militar mas é principalmente um assunto político. A expansão de estados-de-espírito desesperados é favorecida ou contida, nomeadamente pela regulação judiciosa da exploração da natureza (no caso da energia dos fósseis, por exemplo) e das pessoas (tráficos de humanos, aí incluindo as migrações), tanto a níveis nacionais como a nível global.

Na prática, no caso do atentado de Madrid em 11 de Março de 2004, uma parte significativa dos falecidos e dos feridos era de imigrantes clandestinos a trabalhar na região. Quer dizer: os canais clandestinos de imigração ilegal encobriram os movimentos dos bombistas (provavelmente tão suspeitos quanto outros movimentos de outros clandestinos, aos olhos da polícia e dos próprios imigrantes) cujas bombas os foram matar, a alguns deles, quando se dispunham a ir trabalhar, sabe-se lá em que condições de exploração. Tal como com a outra criminalidade, também aqui as vítimas serão, em grande parte, da mesma extracção social dos recrutados operacionais desesperados.⁵⁷ Serão consequências inevitáveis desta nossa condição global actual o reforço consecutivo dos meios de controlo da imigração, sempre que acontece um incidente desta natureza. Isso mobilizará exércitos, polícias, magistrados, profissionalmente desconfiados de estrangeiros.

É, pois, bastante provável, que a maneira como os não-nacionais encaram o Estado, a justiça e as prisões em que todos vivemos seja razoavelmente diferente da nossa, da dos nacionais, principalmente dos que vivam em condições materiais diferentes das suas. Mas também dos nacionais que vivam em condições semelhantes mas possam beneficiar de (usar) os direitos de cidadania como forma de animarem, digamos assim, identidades sociais decaídas. O racismo e a xenofobia, como alerta Tom Burns, são dos

⁵⁷ No caso vertente, a primeira medida anunciada pelo governo imediatamente a seguir aos atentados foi legalizar postumamente os imigrantes ilegais. Porque não legalizar os vivos?

problemas políticos europeus mais relevantes, pois não apenas se verifica uma tendência para o aumento da expressão desses sentimentos, como se desconhece praticamente como se pode lidar com eles, isto é qual a vacina de civilização que torna improvável tentações de exclusão social baseada na etnia.

Mais uma vez encontramos provas de estarmos a trilhar caminhos desconhecidos e/ou abandonados. Em tempos de tensão e angústia, como os que vivemos, caracterizados pela aspiração frustrada a mundos confiáveis, pelas sociedades de risco, as certezas dos nossos antecessores no progresso inelutável, também para os imigrantes, que mais tarde ou mais cedo, com mais ou menos dor, seriam integrados, tornaram-se táticas defensivas que privilegiam estratégias globais de exclusão (cf. Young 1999). Inegavelmente são os não-nacionais quem mais sofre tal realidade:

Sabemos que a comunidade imigrante em Portugal representa 5% da população, 10% dos activos e 15% dos presos. É também conhecida a tendência para explicar actos criminosos com o facto de serem causados por gente com comportamentos estranhos e desadaptados, em particular os estrangeiros e os pobres. Isto tanto é assim, que os jornalistas são deontologicamente compelidos a evitarem identificar os arguidos ou suspeitos pela sua etnia ou pela sua nacionalidade, o que se considera ser frequentemente discriminatório ou, independentemente da intenção que denuncie, poder ser causa directa de actos racistas posteriores, por parte das populações.

O facto de tais realidades não serem simpáticas, nem moralmente prestigiantes, remetem para o fundo das nossas consciências colectivas e individuais a procura de respostas e explicações.⁵⁸ Precisamente o mesmo que se passa com os temas criminais e prisionais, mais propícios a serem tratados por olhares institucionalmente protegidos e comprometidos do que a serem compreendidos de forma independente dos interesses instituídos. Quer dizer: os caminhos do conhecimento destas realidades a) estão desfocados pela distância social entre investigadores e meio social observado, b) estão ideologicamente povoados por medos ancestrais do estranho e da obrigação de corresponder à necessidade de adaptação desajeitada que os imigrantes implicam, principalmente para aqueles que com eles convivem quotidianamente e que, não por coincidência, são também os membros mais instáveis das sociedades de acolhimento, c) são economicamente centrais para o desenvolvimento da vida de muito mais gente do que os próprios imigrantes: as empresas em que trabalham, os familiares que sustentam, os países de origem para onde enviam remessas de dinheiro; os países de acolhimento que precisam de força-de-trabalho disponível e de se reequilibrarem demograficamente, d) estão patrulhados por controlos sociais altamente politizados.

Tudo muda na forma de inquirir conforme a escolha que façamos sobre o que entendamos por sociedade. Teremos que optar entre a) tratar os não nacionais como criminosos potenciais que também trabalham, à moda de como o século XIX olhou os imigrantes de então, tipicamente os camponeses nacionais que procuravam na condição operária e urbana uma vida moderna, e b) tratá-los como os primeiros verdadeiros europeus,⁵⁹ dadas as suas capacidades adquiridas de vaguear entre línguas, culturas, povos e condições de trabalho, sem ter nenhuma intenção (ou possibilidade) de resistir à mobilidade e flexibilidade exigidas nas sociedades em rede, para usar a expressão feliz de Manuel Castels. A nossa escolha foi a segunda, e por isso, para estudar prisões, decidimos fazê-lo fora dos quadros institucionais – das prisões e até das instituições de enquadramento das comunidades imigrantes, como sejam as igrejas ou as associações –,

⁵⁸ Noutros trabalhos procuramos mostrar como a teoria social está condicionada pelas circunstâncias imorais com que se representa a violência, em geral. Ver Dores (2003b e 2003c).

⁵⁹ A ideia ouvi-a numa citação da boca de um colega, mas não fixei a sua origem.

para minimizar os constrangimentos institucionais e ideológicos (estigmas) que, todavia, nos perseguem.

O direito romano, segundo Steve Fuller (2004), fixou-se em três níveis de realidades sociais formalizáveis (*gens, socius e universitas*):⁶⁰ o meio familiar, mais ou menos alargado, os meios de participação social e, finalmente, os meios racionais de formalização da vida social. Cada ser humano refere-se necessariamente às suas origens, aos seus gostos (*habitus* de Bourdieu) e às instituições, isto é, aos valores tradicionais, aos valores do senso-comum e aos valores do poder. A teoria social refere-se à família, às comunidades e movimentos sociais, níveis mais explorados pela Antropologia, e às instituições e ao Estado, a um nível superior, mais tratados pela Sociologia.

A sociedade é, pois, uma vida comunitária racionalizada, normalizada, modernizada, através da institucionalização e funcionalização utilitária da vida social. Geralmente a sociedade é entendida como sendo construída à volta do Estado, como nos mostrou Norbert Elias (1990). Os processos evolutivos no Ocidente desenvolveram-se de modo a tornar a sociedade de corte o protótipo do que viria a ser a sociedade burguesa, concerteza menos espalhafatosa, menos esbanjadora no sentido improdutivo, mas igualmente exclusivista, já não em função dos títulos de nobreza mas antes em função dos títulos de propriedade e financeiros. Mais tarde, também em função do valor do trabalho, conquistado pela burguesia à aristocracia e pela luta do proletariado à burguesia.

A sociedade é o conjunto das vidas comunitárias observadas a partir de instituições privilegiadas que compartilham a respectiva tutela. As academias de ciências sociais, no quadro dos constrangimentos dos observadores – socialmente integrados como funcionários públicos – dos instrumentos de observação (teóricos e metodológicos) e das políticas institucionais que os enquadram, através de um jogo de equilíbrios interinstitucionais.

Por isso, o senso-comum toma por certo, com muita frequência, a realidade daquilo que é apenas uma declaração doutrinária de intenções de modernidade: a igualdade dos cidadãos. De facto, a existência e o valor solene de tal declaração mostra e prova não poder, nem dever, a realidade ser com ela confundida. É que se assim fosse, que sentido faria tal declaração? E porque razão teria que ser sistemática e regularmente reafirmada se não fosse também violada?

Os sociólogos sentem frequentemente necessidade de voltar a afirmar que a sociedade pode ser concebida como uma solidariedade empiricamente verificável entre desiguais, cujas características se podem estudar. É porque a ideia doutrinária de que somos todos iguais, pelo menos perante a lei, de jure, está tão divulgada e interiorizada, apesar da abundância de evidências em sentido inverso, que se justifica a insistência. Ela é mesmo uma das funções e das razões de ser da sociologia.

Isso mesmo foi levado um pouco mais longe por Costa e Elias. O primeiro declarando ser um bairro popular não uma comunidade mas sim uma sociedade, isto é, reconhecendo e descobrindo em Alfama – um bairro verdadeiro, completo, especial, mas típico e modelar – instituições estáveis, duradoiras, investidas material e simbolicamente, como as instituições do Estado – podendo mesmo confundir-se com extensões ou repartições das instituições do Estado: o fado, canção nacional, as festas populares, centro de Lisboa por uns dias, marchas de Sto António, símbolo de Lisboa. A estruturação de um bairro popular é real e produz protagonismos, lutas sociais,

⁶⁰ Conferência “Who Needs the Social Sciences?” em 12 de Março de 2004 no Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. Fuller é docente no Departamento de Sociologia, Universidade de Warwick.

desigualdades, poderes constitutivos de alianças duradoiras, enfim todo o género de fenómenos que também ocorrem em sociedade. O facto de a escala do eventos poder parecer menor do que em sociedade é também uma ilusão. Senão veja-se a projecção global que algumas das expressões culturais de Alfama atingiram: o fado a nível mundial, as marchas a nível nacional, os santos populares a nível da capital.

Da leitura de António Firmino da Costa não se deduz que Alfama se organiza como um estado dentro do Estado. O autor sugere-nos, antes, o respeito devido para com a obra de auto-modernização da vida do bairro, com base nas raízes populares. Deduz-se que qualquer bairro pode constituir-se em sociedade de bairro, embora isso implique uma densidade social intrincada, com animação e afirmação de competências de vária ordem, para sustentar institucionalmente – com recursos de poder e materiais escassos – a especificidade, a plasticidade, o vigor, a confiança de uma cultura autóctone, por oposição a outras rivais e dominantes.

Uma identidade popular urbana competitiva de sucesso, lhe chamaria Norbert Elias. Este autor afirma (Elias 1990) que a corte de Luís XIV se constituiu como um modelo prático de contenção emocional que serviu a civilização ocidental num longo período da sua modernização. Nos dias de hoje, julgo ser legítimo extrapolar, são os *yuppies* os modelos dominantes actualmente de contenção emocional. É certo que, tal como a aristocracia de séculos anteriores, são inatingíveis e ridicularizados respeitadamente. De uma maneira ou outro, por ambição ou por desdém, a imitação e simulação dos comportamentos dos grupos dominantes revela-nos a existência de uma centralidade do poder social e simbólico, de que todos, incluindo os dominantes, são parte constringida.⁶¹

Sociedade, para resumir, é uma simbiose empírica verificada entre um conjunto de comunidades (bairro, gens aristocrática, povo) e um articulado de instituições em funcionamento sintonizado, com história.

Uma sociedade é uma evidência, que se cria, cheia de segredos para descobrir, num processo prático de estabilização instável – quando as mudanças que sempre ocorrem não atingem os níveis de historicidade ou de energia necessários para mudar as relações de aliança entre comunidades e instituições. É nesse sentido que se fala de ordem social, isto é, no respeito da comunidade pelas instituições – como em geral é apresentado o problema, por razões óbvias – e no respeito da dignidade dos processos identitários comunitários.⁶² Descrever uma sociedade (de bairro ou de corte) é elevar a dignidade da(s) comunidade(s) envolvida(s) ao mais alto estágio de prestígio conhecido da sociologia. Com a diferença de que no caso da sociedade de corte, Elias reforça o antigo poder absolutista – entretanto caído em descrédito – tornando-o familiar, compreensível e mesmo inspirador das práticas burguesas que se lhe sucederam, ao passo que Costa reforça o prestígio do poder popular, fora do campo político – que explicitamente quis descartar⁶³ – incidindo especialmente a sua atenção no campo cultural.

⁶¹ Veja-se como, nos tempos de lazer, os dominantes modernos actuais tendem a simular práticas populares (por exemplo: as férias, como se fosse preciso licença e subsídio para que sejam gozadas. Ver a este respeito discussão de Elias (2001) sobre o Romantismo) e os populares tendem a simular, nomeadamente através das ofertas de turismo, as férias dos dominantes.

⁶² Cavaco Silva, enquanto primeiro-ministro, desinformado sobre esta simples realidade que pode ser intuitivamente conhecida, decidiu (e arrependeu-se) usar as férias de Carnaval para exemplificar como se deve disciplinar as forças populares: recusou a tradicional dispensa de ponto da função pública e cavou ali a sua derrota eleitoral.

⁶³ Por campo político deve entender-se a participação, formal ou informal, nas actividades das instituições políticas. O autor, ao descartar a metodologia da investigação acção, fê-lo explicitamente precisamente por ter entendido ser essa uma possibilidade que lhe era oferecida, digamos assim, pelo terreno que pisava, mas que decidiu evitar.